

Ponto de vista

Especialista irlandês em captação de recursos fala sobre a atividade no mundo

Comunicação

Relações públicas: por que ter um?

Contabilidade

Orçamento Base Zero

Unindo forças pelo bem

Alianças intersetoriais trazem mais eficiência a realizações da área social



Viviane Senna, fundadora do Instituto Ayrton Senna, fala sobre seu trabalho na área da educação e a situação do Terceiro Setor no Brasil

Entrevista
Viviane Senna

que mundo você vai deixar
de presente para o seu filho?

Dê um futuro melhor.

Junte-se ao Greenpeace.

GREENPEACE
www.greenpeace.org.br





Sumário



05

Entrevista

Vivane Senna

Presidente do Instituto Ayrton Senna conta sobre as atividades que realiza em prol da educação no Brasil



44

Artigo

Não há mais tempo a perder

O jornalista André Trigueiro expõe a situação do meio ambiente e dá dicas para um futuro melhor



48

Responsabilidade Social

Desvendando os Indicadores Ethos

Empresas podem utilizar ferramenta para avaliar ações de responsabilidade social



36

Capa

Alianças intersetoriais

Integração entre Primeiro, Segundo e Terceiro setores traz resultados em maior escala para ações sociais

Acontece	08
Ponto de vista	14
Comunicação	16
Captação de recursos	18
Contabilidade	20
Voluntariado	23
Administração	26

Legislação	28
Sustentabilidade	42
Case empresarial	54
DataFilantropia	56
Serviços	58
Geração de renda	62
Reflexão	64



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308
CEP 02013-002
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)

Jornalista responsável
Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)

Administração
Mauro Zeppelini
Stefany Herrán Martins

Comercial
Hilton Rocha da Justa

Eventos
Rogério Ramos Costa

Assistente de eventos
Carolina Brascioli

Atendimento
Raquel Siqueira Gomes

Colaborador
Luciano Guimarães

Coordenação de Arte
Adriano Aguina

Assistente de Arte
Rafael Sarto

Assistente Editorial
Cristiane Gonçalves Cabral

Diagramação
Karine dos Santos Barbosa
Ruben Moreira da Silva
Vinicius Pinheiro Mendes

Coordenação de Revisão
Viviane Rodrigues

Revisão
Angélica Beatriz Halcsik
Melina Marin de Castro

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasoli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou integral de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



Editorial

Qual é o seu sonho para 2009?

2008 já se foi e um novo período se inicia.

Ainda que alguns céticos digam que “nada mudará”, eu discordo: uma nova carga de esperança e de garra nos é concedida para que coloquemos em prática nossos projetos. É um momento doce e cheio de significado para a nossa história. É tempo de repensar valores, de ponderar sobre a vida e tudo que a cerca.

Também é tempo de refazer planos, reconsiderar os equívocos e retomar o caminho que nos conduz a experiências cada vez mais intensas e dignas. Teremos 365 novas oportunidades de dizer à vida o que de fato queremos.

*Aproveitamos o tempo de renovação para uma grandiosa reformulação na nossa **Revista Filantropia**. As mudanças já vêm desde a equipe de redação que, comandada novamente pela jovem jornalista Thaís Iannarelli, resgatará a fórmula do “não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito”, trazendo ainda mais informações sobre gestão social e ajudando você e sua equipe a administrar melhor seu projeto social.*

*À frente da equipe de revisores, a coordenadora do departamento Viviane Rodrigues também mostra suas novidades: a **Revista Filantropia** já se adequou ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado por Portugal, Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor Leste. Pode ser que, ao folhear nossas páginas, você tenha a sensação de que “algo está errado”, pois até para nós, a ideia (sem acento mesmo!) ainda não está bem tragada.*

Entrando no campo das artes, Adriano Aquina e seus pupilos revestiram nossa publicação com charme e delicadeza, deixando a diagramação mais leve e de fácil leitura – fator que saltará aos seus olhos nas próximas páginas. Garanto!

E por aí vai: novo papel, site em reformulação e distribuição aos assinantes de volta ao encargo dos Correios fazem parte da lista de novidades para 2009. E outras surpresas estão engatilhadas para os próximos meses.

Tudo isso para que o mundo possa caminhar em direção à sustentabilidade humana, buscando uma revolução na forma como lidamos com o planeta, renovando a espécie, resgatando o ambiente natural em que vivemos para que possamos, de fato, conceder os mesmos benefícios a todos os terrestres – o direito a uma moradia digna, alimentação saudável, plenitude na saúde e muito, muito trabalho.

*O meu sonho para 2009 é que eu, você, nossas famílias e nossos amigos sintam com ainda mais força o significado da palavra **Amor**, e que todos os 365 dias sejam vividos com intensidade e **Saúde**. E, mais que tudo, que a palavra **Paz** não seja somente um desejo bom, mas parte integrante de nossas vidas. Amor, saúde e paz: esses três ingredientes são suficientes para conquistarmos as coisas boas da vida: trabalho, dinheiro, amizade, diversão, viagens, descanso, boas risadas, enfim... Felicidade!*

E você? Qual é o seu sonho para 2009?

Marcio Zeppelini
marcio@revistafilantropia.com.br



Celso Margraf

Imagem vencedora do concurso de fotografia realizado pela SOS Mata Atlântica, registrada na Ilha do Superagui, em Guaraqueçaba, Paraná, por Celso Margraf.



Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



Parceiros Institucionais



www.revistafilantropia.com.br

O QUE VOCÊ NÃO SABE SOBRE SANTA CATARINA

SANTA CATARINA foi castigada pelas fortes chuvas.
ISSO VOCÊ JÁ SABE.

SANTA CATARINA precisa de sua solidariedade.
ISSO VOCÊ JÁ SABE.

O que você **NÃO SABE** é que o estado de Santa Catarina não está destruído. Muito pelo contrário, o estado continua a todo vapor e as indústrias trabalhando em ritmo forte. O que você **NÃO SABE** é que os principais atrativos de SANTA CATARINA como, belezas naturais, parques, restaurantes, hotéis e grande parte do comércio não foram afetados e que toda essa infra-estrutura funciona normalmente.

**NÃO DEIXE QUE A ECONOMIA
DE SANTA CATARINA
VÁ POR ÁGUA ABAIXO!**

Uma maneira de nos ajudar é continuar escolhendo nosso estado como destino para seus investimentos e suas férias.

SANTA CATARINA
está preparada para continuar
o seu desenvolvimento.


comunik
propaganda

www.comunikpropaganda.com.br

REVISTA
filantropia
& gestão social

Uma corrida pela educação

Há 14 anos, Viviane Senna desenvolve projeto sonhado em conjunto com seu irmão, Ayrton Senna, e traz grandes benefícios a crianças e jovens

Por Thaís Iannarelli

“**A** educação é a única via capaz de transformar o potencial nato de cada um”. Esta frase de Viviane explica o motivo pelo qual o Instituto Ayrton Senna, presidido por ela desde sua fundação, realiza atividades de formação e capacitação.

Formada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e especializada em psicologia Junguiana, atuou na área durante muitos anos até fundar o instituto com a família e se tornar referência no Terceiro Setor.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Viviane fala sobre a atuação do instituto, traça perspectivas para o futuro e opina sobre a situação da área social no Brasil.

Revista Filantropia: Como surgiu a ideia de criar o Instituto Ayrton Senna?

Viviane Senna: O Ayrton se sentia incomodado com a desigualdade social. Em março de 1994 ele conversou comigo sobre sua vontade de realizar um trabalho voltado à educação que ajudasse crianças e jovens a terem oportunidades de desenvolvimento. Ficamos de falar mais sobre o assunto, mas infelizmente não deu tempo. O instituto foi fundado em novembro daquele ano pela minha família.

RF: Desde a fundação, quantas crianças e jovens foram atendidos?

VS: Atendemos mais de 9,5 milhões de crianças e jovens em 1.360 municípios de 25 Estados. Para isso, capacitamos 468.500 educadores e estabelecemos parcerias com escolas, outras ONGs, universidades e secretarias de educação. Esses são resultados gerais de um trabalho que melhorou a educação oferecida pelas redes de ensino e deu novos rumos à vida de meninos e meninas.

RF: Que valores norteiam as ações do Instituto Ayrton Senna?

VS: Os valores se baseiam na crença de que todas as crianças e jovens têm potencial, mas precisam de oportunidades para desenvolvê-lo. E nós oferecemos essas oportunidades por meio de programas educacionais, que são eficazes porque têm como foco a gestão da educação, sempre conectados às necessidades do país. O nosso objetivo é trabalhar pela melhoria da educação, para que as crianças aprendam bem e desenvolvam os seus potenciais, na idade e série certas.

RF: Que projetos são desenvolvidos atualmente?

VS: Desenvolvemos nove soluções educacionais. Por meio delas, são trabalhadas a aceleração da aprendizagem, o combate ao analfabetismo de crianças

repetentes, a gestão escolar, a avaliação e o acompanhamento do aprendizado nas séries iniciais do ensino fundamental (Programas Acelera Brasil, Se Liga, Gestão Nota 10 e Circuito Campeão, respectivamente). Para qualificar o tempo em que o aluno está fora da escola, oferecemos soluções que utilizam o esporte, a arte e o trabalho com a juventude (Programas Educação pelo Esporte, Educação pela Arte e SuperAção Jovem). Na área de educação e tecnologia, temos os Programas Escola Conectada e Comunidade Conectada, que qualificam a educação, promovem a inserção digital e preparam jovens e adultos para um melhor desempenho no mercado de trabalho.

RF: Além do trabalho do instituto, de quais outras ações você participa?

VS: Participo de grupos que focam na educação e no desenvolvimento humano, como o Comitê Executivo do Compromisso Todos pela Educação, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instituído pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Conselho Político Estratégico do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), o Conselho do Instituto Coca-Cola, o Conselho Consultivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), entre outros.

RF: A sustentabilidade do instituto se apoia em parcerias públicas e privadas?

VS: Parte dos recursos que garantem a sustentabilidade do instituto vem dos 100% dos *royalties* sobre uso de imagem do Ayrton e do Senninha, cedidos pela minha família. Hoje temos 240 produtos licenciados. Outra parte é gerada pelas alianças com empresas socialmente responsáveis, como Bradesco Capitalização, Microsoft, Vale do Rio Doce, Votorantim, Citigroup, HP Invent, Vivo, Martins, Neoenergia, Lide/EDH, Lilly, Tribanco, IBM, Grendene e Credicard/Citi. Em 2008

É fundamental que o Terceiro Setor reveja seu papel, que não é de ser assistencialista, mas de oferecer ferramentas concretas para ajudar a sociedade a resolver seus problemas

também abrimos espaço para as doações de pessoas físicas. Em 14 anos de atividades, o instituto investiu cerca de R\$ 161 milhões em programas educacionais, mas os desafios do Brasil são grandes, por isso buscamos sempre novos parceiros para ampliar o trabalho. É importante destacar que, embora haja uma parceria com municípios e Estados, não há repasse de recursos do governo para o instituto e vice-versa. Nós oferecemos o *know-how*, materiais didáticos, formação para educadores e dimensionamos a estrutura necessária para a implantação do programa, de acordo com as necessidades de cada uma das redes de ensino. Em contrapartida, toda a infraestrutura e a mão-de-obra são oferecidas pelas secretarias.

RF: Como você enxerga o Terceiro Setor no Brasil?

VS: A área no país ainda usa muito a lógica assistencialista e, por isso, não se concentra em resultados. O gerenciamento da pobreza, que é identificado com o Terceiro Setor, sempre foi uma atribuição da Igreja, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro. Isso fez com que, por muito tempo, temas como educação, saúde e assistência social não fossem vistos como direitos, mas como caridade. No Brasil, isso se prolongou até recentemente. Somente em meados do século passado esses direitos foram reconhecidos. Temos, portanto, 430 anos de caridade contra aproximadamente 70 anos de direitos.

RF: E você considera, então, que a área social está se desenvolvendo?

VS: O Terceiro Setor começa a dar passos mais consistentes, mas ainda precisa amadurecer. É fundamental rever seu papel, que não é de ser assistencialista, mas de oferecer ferramentas concretas para ajudar a sociedade a resolver os problemas cruciais que nos colocam como um país incapaz de gerar oportunidades à maioria de sua população. A atuação pontual e sem sinergia com os demais setores acaba sendo uma ação isolada e sem muita ressonância, usando recursos humanos e financeiros para tiros muito pequenos, o que não leva à resolução de problemas mais urgentes. Mas é claro que há exceções, organizações que pensam estrategicamente, traçam metas, avaliam ações e colhem resultados que fazem diferença, de fato.

RF: Sabendo que o Instituto Ayrton Senna é uma organização de grande porte e conhecida, quais conselhos você daria para pequenas organizações



Crianças do Programa Acelera Brasil

que têm dificuldades em captar recursos e manter suas atividades?

VS: O trabalho das organizações não pode ser pautado apenas pelas boas intenções de quem o faz. É fundamental ter foco em resultados mensuráveis. É preciso diagnosticar o problema, estabelecer metas e definir as estratégias e ações que serão feitas para se chegar a um resultado positivo. Também é importante que esse resultado tenha uma perspectiva de atingir um número cada vez maior de pessoas para que o impacto de sua atuação seja eficaz. A falta de foco em resultados e de gestão estratégica limita as parcerias com o poder público e privado, que são fundamentais.

RF: Quais são as perspectivas para o futuro do Instituto Ayrton Senna?

VS: A população de crianças e jovens sem oportunidades educativas de qualidade ainda é imensa. É só olhar os números: no Brasil, 73% dos alunos de 1ª a 4ª série e 12% dos alunos da 5ª a 8ª, embora estejam na escola, são analfabetos. Isso significa um contingente de 13,6 milhões de crianças por ano que precisam aprender a ler e escrever. Outro dado é que 9,3 milhões de alunos do ensino fundamental estão defasados, ou seja, são repetentes. O tempo médio para a conclusão do ensino fundamental tem sido de dez anos, sendo que o ideal é fazê-lo em oito. Há dois anos desperdiçados aí. Esperamos que esse cenário mude e que isso aconteça o quanto antes, que o governo desenvolva políticas públicas eficientes para a educação. Enfim, nós atuamos hoje para que, um dia, o instituto não precise mais existir. 🍀

Marcello Casal Jr. / ABR



Crianças em sala de aula

Ricardo Stuckert/PR



Presidente Lula durante encontro com o presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza

Divulgação



Mauricio de Sousa com o ministro chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, e a Turma da Mônica

Wilson Dias/ABR



Plenário do Senado ouve o presidente Garibaldi Alves Filho anunciar a decisão de devolver à Presidência da República a MP 446

Serviço Socioeducativo do Peti

O Sistema de Controle de Frequência e Acompanhamento das Ações Ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) completou um ano. Atualmente, 3,4 mil municípios executam o Peti e utilizam o serviço socioeducativo para acompanhar 870 mil meninos e meninas que pararam de trabalhar. O sistema monitora a frequência de quem atingiu ou não o percentual de 85% na utilização desse serviço e acompanha a qualidade das ações desenvolvidas. As atividades são oferecidas para menores de 16 anos que estavam em situação de trabalho.

www.mds.gov.br

Ajuda para Moçambique

O projeto de lei nº 4145/08, do Poder Executivo, autoriza a União a doar R\$ 13,6 milhões a Moçambique. O dinheiro será usado para a instalação de uma fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos de combate à Aids. Segundo o governo, esse tipo de apoio está previsto em um acordo de cooperação entre os dois países. A instalação da fábrica será orientada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Em Moçambique, 300 mil pessoas precisam de tratamento, mas apenas 40 mil têm acesso aos remédios. O país tem meio milhão de crianças órfãs por causa da doença.

www2.camara.gov.br

Um por todos e todos por um!

Inaugurado no Dia Mundial contra a Corrupção, o projeto "Um por todos e todos por um!" é resultado da parceria entre o Instituto Mauricio de Sousa e a Controladoria-Geral da União. Voltado para crianças e jovens das escolas públicas, o objetivo é despertar o senso de cidadania e ética de todos os envolvidos por meio de ações educativas, ou seja, formar alunos conscientes e conhecedores de seus direitos e deveres. O passo inicial será dado em sala de aula, e aspectos vitais serão trabalhados: valorização das diferenças, igualdade de oportunidades para todos, construção de valores, laços comunitários e responsabilidade social permanente.

www.agenciabrasil.gov.br

Projeto de lei substitui MP 446

Depois da polêmica em torno da MP 446, que regulamenta a renovação do cadastro de entidades filantrópicas brasileiras, o governo elaborou um projeto de lei para substituí-la. Assim, a MP será automaticamente devolvida ao Executivo. O objetivo é solucionar o problema causado pela MP, que aprovaria todos os pedidos de renovação dos certificados de organizações que estavam pendentes no Conselho Nacional de Assistência Social. O projeto estabelece que os pedidos devem ser analisados pelos três ministérios relacionados ao setor de atuação da entidade (Assistência e Desenvolvimento Social, Educação e Saúde) e que as instituições sem pendências judiciais poderão renovar seus certificados com esses ministérios.

www.agenciabrasil.gov.br



Ministro da Secretaria de Igualdade Racial, Edson Santos, fala na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos

Setur



Vista aérea de Natal, Rio Grande do Norte

Compensação Ambiental

A Caixa Econômica Federal assinou contrato para execução da Compensação Ambiental com o Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Assim, com o tempo, a Caixa será gestora dos recursos financeiros das Unidades de Conservação criadas para incentivar a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural. O montante de recursos internalizados pode chegar a R\$ 350 milhões, total de compensações ambientais existentes. Os recursos são das empresas que operam atividades causadoras de danos ao meio ambiente e são aplicados na manutenção e implementação de parques, reservas e estações ecológicas.

www.caixa.gov.br

15 anos da Loas

A Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), criada em 1993 para promover a inclusão social de milhões de brasileiros, completou 15 anos. Entre as conquistas da lei estão o Sistema Único de Assistência Social (Suas), modelo de gestão que visa à universalização do acesso aos direitos sociais, e o cofinanciamento de programas sobre o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, o apoio a idosos e pessoas com deficiência. Outra conquista foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que atende famílias cujas crianças e adolescentes com menos de 16 anos se encontram em situação de trabalho.

www.mds.gov.br

60 anos da Declaração dos Direitos Humanos

Três anos após o fim de Segunda Guerra Mundial, a ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma carta de intenções para nortear as ações dos países signatários a respeito da preservação dos direitos e da convivência harmônica entre os povos. Com 30 artigos, a declaração assegura, entre outros itens, o direito de todos nascerem livres e iguais em dignidade e direito, assim como a garantia de gozar das liberdades estabelecidas no texto sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, origem ou outras condições. Porém, de acordo com Carlos Alberto Vieira, oficial de projetos de direitos humanos da Unesco, a situação de extrema pobreza, a discriminação racial e contra a mulher e o alto índice de violência ainda violam os direitos humanos no Brasil.

www.agenciabrasil.gov.br

Nordeste receberá investimento público

Cerca de R\$ 9 bilhões deverão ser investidos nos estados nordestinos em 2009. A decisão foi tomada na reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na sede do Banco Central, em Fortaleza. O dinheiro, proveniente do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e da Sudene, será investido em agricultura, indústria, transporte e serviços. Segundo o superintendente da Sudene, Paulo Fontana, cada cidade irá receber 4,5% desse valor durante o ano para seu desenvolvimento.

www.sudene.gov.br

Cúpula Social do Mercosul

A Cúpula Social do Mercosul, realizada em Salvador nos dias 14 e 15 de dezembro, integrou a programação lançada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva à frente da Presidência Pro Tempore brasileira do Mercosul. Convocada pela Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, o Foro Consultivo Econômico e Social e a Rede Mercocidades, teve como meta ampliar a participação das organizações da sociedade civil no Bloco. O encontro foi uma oportunidade para o diálogo e discussão de temas ambientais, assim como um espaço de debate acerca das respostas dos governos à crise financeira mundial e apresentação de propostas de uma agenda produtiva e social para o Mercosul.

www.planalto.gov.br

Parlamento Jovem

Estudantes brasileiros com idade entre 16 e 22 anos se reuniram na Câmara dos Deputados para participar da quinta edição do Parlamento Jovem. Aproximadamente 75 jovens apresentaram projetos, discutiram e votaram temas que consideraram relevantes. Ao todo, foram apresentados 77 projetos nas quatro comissões temáticas, mas apenas oito foram levados à votação no Plenário, que aprovou seis. O evento mostrou como os jovens são capazes de formar lideranças, discutir os problemas do país e, principalmente, encontrar soluções nas áreas de educação, cultura, esporte, turismo, saúde, segurança, agricultura, meio ambiente e economia.

www2.camara.gov.br

Divulgação



Equipe do Novotel São José dos Campos com a certificação

Rede hoteleira recebe certificação internacional

A rede de hotéis Novotel, pertencente à Accor Hospitality, recebeu a certificação internacional Green Globe. O selo é pioneiro na indústria do turismo e confirma que 30 dos hotéis da rede, divididos nos cinco continentes, estão alinhados ao desenvolvimento sustentável ambiental e social. Isso quer dizer que a empresa garante o cumprimento de exigências como melhor administração do lixo, menos poluição e controle de consumo de água e de energia, além da realização de ações voltadas às comunidades de zonas primárias dos hotéis. A partir de agora, a rede inicia a aplicação do processo de certificação para os mais de 400 hotéis que possui no mundo.

www.novotel.com.br

Divulgação



Projeto Crianças Saudáveis, Futuro Saudável

Investimento em saúde

A Fundação Monsanto investiu R\$ 153 mil para implantar o projeto Crianças Saudáveis, Futuro Saudável em São Paulo. A ação aconteceu em parceria com a Inmed Brasil, organização dedicada a inspirar e fortalecer comunidades por meio de programas que melhorem a qualidade de vida das pessoas, e beneficiará 2 mil crianças ao longo de três anos. O objetivo é reduzir a fome de estudantes do ensino fundamental de escolas públicas e de comunidades carentes, além de promover o bem-estar nutricional e reduzir a incidência de doenças causadas por parasitas intestinais e anemia. Uma segunda etapa envolve a criação de hortas nas escolas para complementar a merenda.

www.monsanto.com.br

Divulgação



Caixa coletora Atitude Consciente

Hipermercado Ecoeficiente

O Wal-Mart Brasil inaugurou, em dezembro, um hipermercado ecoeficiente em Campinho, zona norte do Rio de Janeiro. A loja reúne o maior número de iniciativas sustentáveis que já implementou em suas construções e traz a expectativa de reduzir, no mínimo, 25% do consumo de energia e 40% do de água. As iniciativas são muitas: desde letreiro com lâmpadas LED (mais econômicas e duráveis), paredes com blocos de isopor na fachada e uso de energia solar até uniformes feitos de garrafas PET recicladas e tinta sem solvente. Todos os funcionários receberam treinamento para entender o impacto de cada iniciativa da loja, e também foram treinados pelo Instituto Akatu sobre consumo consciente.

www.walmartbrasil.com.br

Divulgação



Projeto Cabra Escola

Pfizer recebe prêmio internacional

O Projeto Cabra Escola, desenvolvido pela Pfizer em parceria com a ONG Movimento de Organização Comunitária (MOC), recebeu o prêmio Corporate Citizen of the Americas (CCA), conferido pela organização sem fins lucrativos Trust for the Americas, afiliada à Organization of American States. O Cabra Escola já foi considerado modelo de experiência pelo Unicef e pelo Banco Mundial e consiste em aumentar a renda das famílias carentes do semi-árido da Bahia por meio da caprinocultura. O projeto entrega três cabras e um bode para cada família de pequenos agricultores e proporciona condições, como estrutura e cursos de capacitação, para o manejo dos animais.

www.pfizer.com.br



Vencedores da 10ª edição do Concurso Talentos da Maturidade



Peça Dona Flor e seus dois maridos, patrocinada pelo Eletrobras

Fundo AACD Mapfre

A Mapfre Seguros disponibilizou ao mercado brasileiro o AACD Mapfre DI, um fundo de investimento que tem como objetivo destinar recursos à Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). Comercializado para pessoas física e jurídica com perfil conservador, o fundo oferece baixos riscos aos aplicadores e destina 70% da taxa de administração à instituição. O produto foi desenvolvido para que o investidor tenha mais consciência da importância da responsabilidade social. O AACD Mapfre possui uma taxa de administração competitiva com o mercado, de apenas 1,00% aa. O fundo exige um aporte inicial de R\$ 1 mil e movimentações mínimas de R\$ 500. Os cotistas têm à sua disposição atendimento personalizado com especialistas da empresa.

www.aacd.org.br
www.mapfre.com.br

Gerdau Cosigua e Banco de Alimentos

A Gerdau Cosigua, usina siderúrgica da Gerdau, promoveu a primeira ação do Banco de Alimentos no Rio de Janeiro. O programa faz parte do Projeto Bancos Sociais, iniciativa sem fins lucrativos criada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs). Na inauguração da sede do Rio de Janeiro, a primeira leva de alimentos beneficiou a Fundação Aurélio Massaloba Kajixima, em Itaguaí, a Casa de Nossa Senhora do Desterro e de Santo Antônio e o Abrigo A Minha Casa, ambos em Campo Grande. O objetivo é captar, recolher, processar e encaminhar alimentos diretamente para organizações.

www.bancossociaisrs.org.br/bancodealimentos/

Talentos da Maturidade

O Banco Real realizou a 10ª edição do Concurso Talentos da Maturidade, idealizado para incentivar a produção e a memória cultural de pessoas com 60 anos ou mais, promovendo a sua criatividade e ampliando seu potencial artístico e participação social. O evento aconteceu em Recife e reuniu 35 vencedores de todo o país nas categorias: Artes Plásticas, Literatura, Contador de Histórias, Música Vocal, Monografia e Programas Exemplares. O objetivo do concurso é integrar o idoso à sociedade e também estimular programas voltados a esse público que promovam a reflexão acadêmica sobre o envelhecimento no Brasil. Segundo projeções da ONU, o país terá 32 milhões de habitantes com mais de 60 anos em 2025.

www.bancoreal.com.br

Eletrobrás patrocina teatro

A Eletrobrás lançou, em dezembro, seu primeiro edital na área de cultura. O Programa Eletrobrás de Cultura é concentrado no teatro, para o qual a empresa destinará R\$ 8,4 milhões em 2009. A escolha pela categoria aconteceu devido à tradição de patrocínio às produções teatrais que a empresa construiu ao longo dos anos. Entre 2003 e 2007, a companhia investiu aproximadamente R\$ 20 milhões em peças apresentadas pelo país. Os projetos que receberão patrocínio serão escolhidos por uma comissão formada por cinco pessoas de reconhecida competência na área. O objetivo é estimular não só os grandes projetos, mas também as produções menores.

www.eletrobras.gov.br

Prêmio Nike Esporte pela Mudança Social

Em parceria com a Universidade Solidária, a Nike lançou o Prêmio Nike Esporte pela Mudança Social, que tem como objetivo identificar as instituições de ensino superior que demonstrem iniciativas capazes de gerar ideias influentes para os rumos da sociedade. A premiação busca, ainda, encontrar um ponto comum entre o setor produtivo e as universidades para que seja possível compartilhar conhecimentos e promover a articulação com o poder público, empresas e sociedade civil. O tema escolhido, Esporte pela Mudança Social, se deve ao fato de que o esporte, atualmente, é inspirador e pode despertar para atitudes inovadoras, criando oportunidades para a promoção do desenvolvimento social.

www.unisol.org.br

Premiação internacional

Os projetos Artidéias e Rede Social, do Espírito Santo, dois dos vencedores do Prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local 2007, foram selecionados entre as 102 melhores práticas na 7ª edição do Prêmio Internacional de Dubai, promovido pelo Best Practices and Local Leadership Programme, das Nações Unidas. O Rede Social, projeto realizado por um grupo de gestores que formou um banco comunitário para empréstimo popular, se classificou entre os 48 melhores em nível internacional. Promovido bianualmente, o evento recebeu 470 projetos de 66 países em sua última edição.

www.caixa.gov.br



Apresentação com linguagem de libras



Imagem do filme Querô, que inspirou a criação do projeto Oficinas Querô

Dia Internacional do Voluntário

Criado em dezembro de 1985 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o Dia Internacional do Voluntário surgiu para valorizar as pessoas que dedicam tempo e talento para ajudar o próximo. A atividade tem crescido e ganhado destaque. De acordo com o livro *Doações e Trabalho Voluntário no Brasil – Uma Pesquisa*, de Leilah Landim e Maria Celi Scalon, a média de horas doadas no país é de 74 por ano, ou seja, seis horas por mês. Outro dado é que 31% dos voluntários são jovens, na faixa entre 18 e 34 anos. Para celebrar a data em 2008, os centros de voluntariado de Curitiba, Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul criaram a Rede Brasil Voluntário, que tem como objetivo trocar informações e aumentar o impacto das ações realizadas.

www.brasilvoluntario.org.br

Desenvolvimento Local para América Latina

Realizada pelo Senac São Paulo, a Conferência Desenvolvimento Local para América Latina e Caribe aconteceu no fim de novembro com o objetivo de traçar perspectivas para o desenvolvimento sustentável no continente latino americano, tendo a imigração como um dos pontos centrais da discussão. A meta é lançar espaços de estudo e diálogo, além de cartilhas e DVDs que difundam essas informações. Na conferência, discutiram-se temas como redes sociais de sustentabilidade e o contexto do imigrante no desenvolvimento local.

www.sp.senac.br

I Simpósio Internacional sobre Surdocegueira e Deficiência Múltipla

Aconteceu em São Paulo o I Simpósio Internacional sobre Surdocegueira e Deficiência Múltipla (Sisdem), evento destinado a profissionais das áreas de saúde, educação especial e políticas públicas do setor. Realizado pelo Centro de Recursos para a Inclusão na Família, Escola e Sociedade (ADefAV/Crifes), o objetivo foi comemorar os 25 anos de atividades da instituição com palestras sobre o tema “Inclusão social: interfaces entre educação, saúde e políticas públicas”. Especialistas do Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia, Portugal, Canadá e Estados Unidos estiveram presentes e apresentaram propostas que possibilitam a inclusão responsável e efetiva.

www.adefav.org.br

Ong Querô é tema de documentário

O canal britânico BBC World News transmitiu seis programas de trinta minutos dos finalistas do World Challenge 08, concurso que premia projetos que tenham demonstrado empreendedorismo e inovação. Um dos 12 finalistas foi o programa sobre o projeto Oficinas Querô, nascido do longa metragem de mesmo nome que se tornou, depois, um projeto da Gullane Filmes em parceria com o Unicef. O objetivo é utilizar o cinema como oportunidade para jovens. Os programas serão transmitidos para 78 milhões de telespectadores, que poderão votar nos projetos mais inspiradores.

www.bbcworldnews.com
www.oficinasquero.com.br
www.theworldchallenge.co.uk

Investimento na transparência

Com o objetivo de profissionalizar e ampliar a credibilidade e a visibilidade do Terceiro Setor, o Banco Interamericano de Desenvolvimento Social (BID) contratou a ONG Parceiros Voluntários para desenvolver um projeto piloto do programa “Desenvolvimento de Princípios de Prestação de Contas e Transparência (PCT) em Organizações da Sociedade Civil”. A iniciativa será testada e sistematizada por três anos em 50 organizações do Rio Grande do Sul e, depois, será replicada para o restante do Brasil. O BID e outras empresas apoiadoras investirão US\$ 800 mil na proposta.

www.iadb.org
www.parceirosvoluntarios.org.br

Business Social Responsibility Conference

A edição 2008 do evento de responsabilidade empresarial Business Social Responsibility Conference aconteceu em Nova York e reuniu empresários de vários países. Considerado um dos acontecimentos mais influentes da área, a conferência promoveu debates sobre assuntos como a crise financeira, o novo presidente dos Estados Unidos, sustentabilidade, Amazônia e aquecimento global. Criada em 1992, a Business for Social Responsibility (BSR) é referência e incentiva a colaboração entre empresas e setores, e a conferência mundial é uma das primeiras iniciativas na busca da sustentabilidade.

www.bsr.org



Jovem participante pinta na oficina de arte do 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Divulgação



Ação social na Ecomotion

Jefferson Pancieri/SPTuris



Centro da cidade de São Paulo

Joel Silva / Folha Imagem



André Albuquerque, vencedor do Prêmio Empreendedor Social 2008

Contra a exploração sexual

Aproximadamente 3 mil participantes de 125 países se reuniram no 3º Congresso Mundial do Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Rio de Janeiro, para discutir ações, trocar experiências e reforçar compromissos em relação ao tema. O último congresso aconteceu sete anos atrás, em Yokohama, no Japão, e o foco foi a exploração sexual comercial de crianças. Em 2008, no Brasil, a discussão abordou também estratégias para o combate a formas não-comerciais de exploração sexual infantil, incluindo a exploração de crianças em seus lares, por líderes religiosos, professores, forças de paz e grupos armados em zonas de conflito.

 www.unicef.org.br

Ecomotion/Pro 2008

Disputada entre os dias 29 de outubro e 9 de novembro de 2008, a maior prova de corrida de aventura do mundo, Ecomotion ARWC, passou pelos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí e aproveitou para realizar ações socioambientais na região. As atividades foram realizadas nas escolas municipais das cidades envolvidas no percurso, e o tema abordado foi a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. Outra iniciativa foi a idealização do projeto Torcida da Terra, que atua em prol da conscientização sobre questões ambientais e pela captação de recursos para organizações que trabalham efetivamente pela preservação do meio ambiente.

 www.ecomotion.com.br

Serviço social no centro da cidade

De acordo com o *ranking* dos serviços no Município de São Paulo, realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e pelo Instituto Lidas, os dez distritos da cidade que oferecem mais vagas em programas educacionais e sociais para crianças e adolescentes estão nas regiões centrais e mais bem estruturadas da cidade. Em primeiro lugar ficou o bairro de Moema, na zona sul. Entre os mais de 70 mil moradores da região, 53% são de famílias cujo chefe ganha mais de 20 salários mínimos por mês. Por outro lado, Perus, último colocado no *ranking*, tem uma situação diferente. Existem dez vagas em diferentes tipos de serviços para cada mil moradores, e 11% dos jovens da região estão em condições de pobreza extrema.

 portal.prefeitura.sp.gov.br/

Prêmio Empreendedor Social 2008

A quarta edição do Prêmio Empreendedor Social, promovido pela Fundação Schwab, aconteceu em novembro como reconhecimento àqueles que alcançaram soluções para problemas sociais a partir de abordagens inovadoras. O vencedor foi André Albuquerque, advogado e fundador da Terra Nova Regularizações Fundiárias, que faz a mediação entre proprietários e moradores em áreas de ocupação irregular consolidadas. A empresa criou uma sistemática de resolução para acabar com os impasses que já beneficiou mais de 30 mil famílias em cinco Estados. Com a primeira colocação, Albuquerque passa a fazer parte da rede mundial de "Empreendedores Sociais de Destaque", da Fundação Schwab.

 www2.uol.com.br/empreendedorsocial



Mobilização de recursos pelo mundo

Andrew Watt, especialista em captação de recursos, relata diferenças estratégicas da área na Europa, América Latina e América do Norte

Por Thaís Iannarelli

Andrew Watt, vice-presidente de Desenvolvimento Internacional da Association of Fundraising Professionals (AFP), nasceu na Escócia e atua na área de captação de recursos desde 1993. No início da carreira trabalhou como diretor para assuntos políticos na Comunidade de Captação de Recursos e, em 2001, tornou-se diretor executivo geral do Institute of Fundraising, no Reino Unido.

Atualmente, trabalha na AFP identificando necessidades da comunidade internacional para difundir práticas eficientes de captação de recursos. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Andrew fala sobre as regiões do mundo e divulga o 5º Congresso Hemisférico de Captação de Recursos, resultado de uma parceria entre a AFP e a Faculdades Integradas Rio Branco, que acontecerá em novembro de 2009, em São Paulo.

Revista RF: O que faz a AFP?

Andrew Watt: Tentamos criar um ambiente de captação de recursos mais positivo, dando oportunidades de formar redes de apoio na comunidade de captação, ou oferecendo estrutura educacional, como conferências e programas formais. Também procuramos fazer regulamentações para que as organizações possam prestar contas, definir suas atividades e ser comparadas a outras instituições. Esse é o único material que forma a base da comunicação clara com o público. Outro objetivo é desenvolver uma legislação que realmente promova o conceito de filantropia, ou seja, que faça com que o governo enxergue seu papel de capacitar o setor social.

RF: Em que lugares a AFP atua?

AW: Existem grupos formais em Hong Kong, Jacarta e Cingapura, e também temos alianças estratégicas com associações de captação de recursos pelo mundo, como Austrália, Nova Zelândia, Alemanha, Holanda e Reino Unido. Temos feito um trabalho crescente na América Latina, assim como na América do Norte e na Ásia.

RF: Você sente que as necessidades da área social são diversas de acordo com cada país?

AW: A situação é diferente em qualquer lugar que se vá, mas, na verdade, as necessidades que se procura solucionar são as mesmas. Normalmente se baseiam em

assistência social, justiça, saúde, educação e saneamento. O que percebo é que nos países em desenvolvimento as pessoas são mais criativas e têm mais determinação para alcançar a mudança. Isso não acontece em países com o mercado mais desenvolvido.

RF: E você vê essa criatividade em países como o Brasil?

AW: Sim, é muito claro para mim que as atuações mais empolgantes no Terceiro Setor acontecem na América Latina. Campanhas interessantes, como as de marketing viral, destacam-se na região. Acho que isso acontece porque existe uma necessidade de se arriscar, tentar o novo, para alcançar as metas. Nos Estados Unidos, as pessoas têm consciência de que é preciso ser extremamente profissional na área de captação de recursos e procuram sempre se aprimorar; não há muita necessidade para essa criatividade.

RF: Você considera que os Estados Unidos sejam mais desenvolvidos em relação a outros países no que diz respeito ao Terceiro Setor?

AW: Os Estados Unidos são diferentes de qualquer outro país do mundo e acho admirável a maneira como formam comunidades assistenciais. É algo cultural. Os cidadãos entendem que precisam doar seu tempo e dinheiro para fazer algo acontecer, e não acham que o governo deve estar envolvido nesse tipo de atividade.

RF: E em relação à profissionalização da área de captação de recursos?

AW: Também é diferente. Nos Estados Unidos, captar recursos já é considerado uma profissão há muitos anos, e há o entendimento de que é preciso investir em pessoas especializadas. Ou seja, as organizações sociais são vistas como empresas nesse sentido. Não acho que esse conceito seja tão desenvolvido na Europa. Em lugares como Reino Unido, Alemanha, França e Holanda, existe a percepção de que captar recursos é um ato a ser realizado por voluntários. Alguns se surpreendem ao saber que a “caridade” emprega pessoas. Sinto que esse seja o caso no Brasil também.

RF: O que pode ser feito para mudar essa visão sobre a profissão?

AW: É preciso explicar porque é importante ter profissionais capacitados para gerar recursos. Isso significa entender sobre ética, compreender as técnicas e como respeitar tanto o doador quanto o beneficiário. Não se

5º Congresso Hemisférico de Captação de Recursos

Pela primeira vez no Brasil, o congresso que acontecerá no início de novembro de 2009 reunirá profissionais para discutir questões ligadas à captação de recursos. Andrew Watt e Custódio Pereira, presidente das Faculdades Integradas Rio Branco, contaram à Revista Filantropia sobre o evento.

RF: Qual é a proposta do evento?

Andrew Watt: Reunir profissionais da América Latina para tratar de questões ligadas ao desenvolvimento e à profissionalização da área de captação de recursos no mundo.

Custódio Pereira: Será interessante porque é um evento internacional que envolverá associações da América do Sul, e isso será bom para integrar as pessoas e discutir assuntos de todas as áreas. O congresso também receberá palestrantes de todo o mundo, Europa, Estados Unidos, e a qualidade do conteúdo será muito alta.

RF: E por que é importante que o evento seja realizado em São Paulo?

Andrew Watt: Porque São Paulo é uma cidade grande, e o Brasil é um país muito rico, que tem mostrado grande crescimento no Terceiro Setor.

deve explorar o beneficiário para conseguir dinheiro de alguém, por exemplo. Ao mesmo tempo, é preciso respeitar a necessidade que o doador tem de transparência.

RF: Você concorda que existem organizações com mais acesso a informações e recursos que outras?

AW: Com certeza. Mas não só na América Latina, se você for ao Canadá ou aos Estados Unidos, acontece exatamente a mesma coisa. As organizações que recebem grande atenção do público e da mídia levantam recursos com eficácia. Já aquelas que lutam diariamente pelos seus programas locais têm menos habilidades e pouco acesso a grandes recursos. Isso acontece porque eles têm muito o que resolver no dia-a-dia e a última coisa em que pensam é sair para se desenvolver profissionalmente. A solução é realizar cursos acessíveis e identificar os parceiros-chave em cada comunidade para promover o desenvolvimento.

RF: Em que consiste o curso que será oferecido pela AFP e pelas Faculdades Integradas Rio Branco?

AW: A AFP desenvolveu uma série de programas educacionais. O primeiro curso é direcionado àqueles que estão começando na área de captação de recursos, e é a primeira vez que o traduzimos para o português. O curso será ministrado pelo presidente das Faculdades Integradas Rio Branco, Dr. Custódio Pereira, e terá 16 horas de duração. Ao fim, os alunos receberão um certificado assinado pela AFP e pela faculdade. A primeira turma está prevista para março de 2009. 

Relações públicas: por que ter um?

Organizações podem se beneficiar desses profissionais
que trabalham pela construção positiva da imagem



Marcio Zeppelini

marcio@zeppelini.com.br
Consultor em comunicação para
o Terceiro Setor, editor da Revista
Filantropia, produtor editorial pela
Universidade Anhembi Morumbi e
diretor executivo da Zeppelini Editorial
& Comunicação.

Relacionar-se bem com o público é uma atividade de extrema importância para todos os setores. Na área comercial, por exemplo, é essencial agradar o cliente; na política, uma boa reputação atrai mais votos da população. No Terceiro Setor não é diferente. Transmitir uma imagem idônea e agir com transparência também significa ter boas relações com o público, composto por parceiros, doadores, colaboradores, voluntários, beneficiários e a sociedade como um todo.

Fato já conhecido pelas organizações é que a profissionalização se faz cada vez mais necessária na área social quando se buscam resultados de qualidade. Por isso, ninguém melhor que o profissional de relações públicas para trabalhar pela imagem da instituição e por um bom relacionamento com todos. Segundo a Associação Brasileira de Relações Públicas (ABPR), a área representa a “atividade e o esforço deliberado, planejado e contínuo para estabelecer e manter a compreensão mútua entre uma instituição pública ou privada e os grupos de pessoas a que esteja, direta ou indiretamente, ligada”.

O que são as relações públicas?

De acordo com a resolução normativa nº 43, de 24 de agosto de 2002, algumas das atividades são:

- Elaborar o planejamento de comunicação da organização com o objetivo de proporcionar unidade e otimização de esforço;
- Realizar e analisar pesquisas de opinião pública;
- Promover divulgação jornalística e elaborar veículos internos de comunicação (boletins, malas-diretas, vídeos etc.);
- Organizar estrutura geral de eventos culturais, esportivos, sociais, empresariais, científicos, entre outros, incluindo a logística;

- Redigir e coordenar cerimoniais e protocolos;
- Fazer interagir a organização com a comunidade por meio do marketing social;
- Zelar pela construção e credibilidade da imagem / marca da organização;
- Intermediar a criação de campanhas institucionais e mercadológicas;
- Administrar interface com todos os *stakeholders*.

Essas e outras ações, quando desenvolvidas de maneira profissional, melhoram a visibilidade da instituição, ajudam na captação de recursos, devido à credibilidade que geram, e desenvolvem um bom relacionamento com a sociedade em geral.

Atuação no setor social

Para trabalhar na área social, o profissional de relações públicas pode ter de se adaptar a uma realidade diferente, como ao fato de trabalhar com o orçamento reduzido. Por isso, é aconselhável que algumas tarefas, como a pesquisa da realidade, o planejamento e a organização do trabalho sejam executadas. A pessoa que atuar como relações públicas em uma instituição deve se sentir membro da entidade, identificar os ideais da profissão aos da organização, conhecer a realidade social da região e analisar seu campo de ação. Dessa forma, acreditando na causa, ela poderá ser bem retransmitida aos outros.

Quando trabalha no Terceiro Setor, o profissional adquire uma experiência diferenciada. Primeiro, por lidar com uma motivação maior, levada pelo apoio à causa. Segundo porque, muitas vezes, devido à necessidade, é preciso agir com mais criatividade, agilidade e pró-atividade, otimizando os recursos não só financeiros, mas também humanos, físicos e materiais.

Definição do público-alvo

Uma atitude recomendável é avaliar quais são os públicos e seus diferentes interesses, para que se definam as atitudes a serem tomadas em relação a cada um deles. No caso das organizações sociais, há alguns exemplos:

- **Conselho e diretoria:** atuam pelos valores da organização;
- **Voluntários:** procuram ajudar nas atividades da instituição oferecendo seu tempo e talento;
- **Funcionários:** dependem financeiramente do emprego e buscam sua permanência e crescimento no mercado de trabalho;
- **Beneficiários:** têm interesse nos serviços prestados;
- **Governo:** precisa da organização como uma aliada para desempenhar algumas atividades;
- **Parceiros:** veem a instituição como o meio de execução de projetos.

Depois de traçar esse perfil, o profissional pode estabelecer diferentes estratégias de aproximação com cada público. O trabalho realizado com as relações públicas, então, se torna importante para que todos possam aderir efetivamente à causa, seja qual for seu interesse, já que, no Terceiro Setor, é ela que define o grau de envolvimento das pessoas com a instituição.

Às vezes também chamado de “relações institucionais”, esse profissional pode atuar fortemente no pacto de parcerias com outras instituições sociais, governo ou empresas, fazendo o meio de campo entre as duas diretorias.

No entanto, não se devem confundir as funções: se ele for visto como um captador de recursos, pode acabar fechando algumas portas importantes, pois são funções completamente distintas.

Assessoria de imprensa X Relações Públicas

Ao contrário do que se pensa, a função do assessor de imprensa deveria ser realizada por um profissional de relações públicas, que tem a formação mais adequada para o cargo, e não por um jornalista ou publicitário. Isso acontece porque existem muitos formados em comunicação para poucas vagas.

Durante o curso de relações públicas, os alunos adquirem conhecimentos sobre comunicação empresarial e corporativa, relações exteriores e institucionais, *Ombudsman*, endomarketing, *lobby*, assessoria de imprensa, organização de eventos e outras áreas que dão base ao trabalho de construção da imagem empresarial ou organizacional e sua transmissão, tanto para os públicos em geral quanto para a imprensa.

Por isso, existe a concorrência no mercado e a confusão na definição de funções da área de comunicação (publicidade, marketing, jornalismo e relações públicas). Vale lembrar que essa é apenas uma das atribuições adquiridas na faculdade, e que as organizações do Terceiro Setor podem se beneficiar da contratação de um profissional de relações públicas por um conjunto de motivos que trazem transparência e ações organizadas e planejadas.

Práticas do Segundo Setor

É importante trazer experiências do setor privado para o trabalho de relações públicas no Terceiro Setor, especialmente quando se trata de gestão organizacional. O paralelo também pode ser feito em relação à causa da instituição, principal ferramenta de trabalho desse profissional. Ela pode ser comparada à marca de uma empresa privada. Assim, a credibilidade e o grau de confiabilidade dela devem ser sempre altos, e o caminho para esse *status* é, novamente, a transparência.

Para colocar a causa em primeiro plano, por exemplo, não é recomendável que a organização se alie a uma empresa pelo investimento, sem antes analisar se os interesses dessa companhia são realmente verdadeiros e se vão agregar valores à cultura da instituição. Isso mancha a imagem da organização, e pode afetar a visão que os diferentes públicos têm dela. 

Muitas vezes,
devido à
necessidade, o
relações públicas
deve agir com
mais criatividade,
agilidade e
pró-atividade,
otimizando os
recursos

Links 

www.aberje.com.br
www.abrpnacional.com.br

Para começar o ano novo inovando,
a Revista Filantropia já se adequou ao

“Novo Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa”,

aprovado por Portugal, Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor Leste.

“Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.”

Diversificando os recursos

Boa comunicação e diferentes fontes de renda levam
ao caminho da sustentabilidade



Danilo Brandani Tiisel

danilo@criando.net

Graduado em direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, com especialização em Legislação do Terceiro Setor, Gestão para o Terceiro Setor e Direito Ambiental. É membro do Grupo Estratégico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP. É diretor da consultoria Criando Atividades Alternativas.



Michel Freller

michel@criando.net

Administrador pela Fundação Getúlio Vargas, palestrante, facilitador, consultor, professor, vice-presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e diretor da consultoria Criando Atividades Alternativas.

Captação ou mobilização de recursos é o termo utilizado para descrever diferentes ações coordenadas para geração de valores necessários à viabilização da missão de empreendimentos sem fins lucrativos. Ou seja, captar recursos é uma das atividades de apoio fundamentais para toda atuação organizada do Terceiro Setor. Normalmente complexa, essa atividade merece ser planejada; assim, recomenda-se a elaboração de um plano para uma instituição buscar recursos da sociedade.

Abaixo, seguem os objetivos de um “Plano de Mobilização de Recursos e Sustentabilidade”:

- Organizar, de forma clara e objetiva, os atrativos da organização para solicitação e obtenção de recursos da sociedade;
- Recomendar práticas de comunicação de suporte para a mobilização de fundos, conferindo legitimidade à organização perante os diversos públicos influenciados – *stakeholders*;
- Apontar desafios a serem enfrentados;
- Apresentar estratégias eficientes para a manutenção financeira da organização, bem como para sua sustentabilidade;
- Definir prioridades e sugerir o ordenamento das ações para implementação de um plano;
- Potencializar a atração das fontes de recursos, levando em conta a necessidade de diversificação das mesmas.

Por outro lado, a tão mencionada sustentabilidade de uma organização não compreende apenas a área financeira. Para uma entidade ser sustentável, é preciso observar se os serviços prestados por ela estão em conformidade e na qualidade de que a sociedade necessita, e se tem recursos humanos treinados para tanto. É claro que para fazer tudo o que ela deseja, são necessários recursos materiais e financeiros, além de um plano escrito sobre aquilo que pretende realizar e de onde virão os recursos. Sendo assim, sustentabilidade é um conceito sistêmico e relacionado à continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais

e ambientais para a atividade de uma iniciativa organizada, ou mesmo de toda atividade humana.

Para atingir a sustentabilidade, a organização deve destinar cuidado sistemático e contínuo a vários níveis de atividades, tais como:

- Necessidade social da existência de suas ações da forma como são realizadas;
- Profissionalismo e eficiência das atividades de gestão;
- Qualidade dos serviços;
- Transparência e legitimidade social;
- Equilíbrio e continuidade do trabalho diário;
- Estabelecimento e manutenção de parcerias;
- Viabilidade econômica (economia de gastos e eficiência, mobilização de recursos e geração de renda própria);
- Aspectos relacionados ao meio ambiente (reciclagem de pilhas e outros materiais, economia de materiais e energia, utilização de equipamentos, materiais de escritório e higiene “amigos do meio ambiente”, entre outros).

Recomenda-se, também, a diversificação das fontes de recursos para diminuir os riscos. Para ser mais legítimo, ou seja, economicamente viável, a organização deve acessar diferentes fontes de recurso de forma planejada e diversificada. A recomendação inicial, e principal, é obter recursos de fontes diferentes. Na realidade, sempre que a instituição depender de uma fonte que represente mais de 33% de toda a arrecadação, torna-se necessário rever as estratégias de captação de recursos.

Além disso, a diversificação das fontes de recursos proporcionará maior reconhecimento da organização perante públicos diferentes, tais como empresas, pessoas físicas, governo, fundações, agências internacionais, organizações de fomento, entre outros. Quanto mais diversificados forem os públicos que apoiam o trabalho da organização, mais legítima será sua atuação e ainda mais necessária sua existência.

Principais fontes de financiamento que podem ser acionadas:

Iniciativa privada

- Empresas;
- Institutos empresariais;
- Pessoas físicas.

Organizações religiosas

- Fundações empresariais;
- Fundações comunitárias;
- Fundações familiares;
- Pela causa.

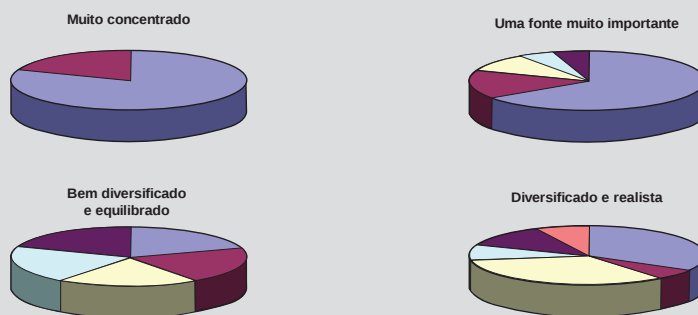
Fontes Institucionais

- Governos (nacional e internacional, regional ou local);
- Agências internacionais de financiamento;
- Instituições que representam um grupo de países, assim como o Banco Mundial, as agências das Nações Unidas e a União Européia ;
- ONGs nacionais e internacionais.

Regra geral é que não se deve esperar recursos de um número muito reduzido de fontes de recursos. Ainda que a organização tenha maior afinidade ou identidade com um tipo de fonte, é altamente recomendável que se desenvolvam campanhas e solicitações aos diversos tipos mencionados acima. Principalmente porque envolve a sustentação financeira da organização, mas outro fator primordial é que, para expandir as possibilidades de arrecadação, a organização deve desenvolver contato com diferentes públicos, ampliando seu reconhecimento em vários setores da sociedade, contribuindo para sua legitimidade social. É importante observar, também, que algumas fontes fornecem recursos rapidamente, enquanto outras podem levar mais tempo para obter resultados.

A rigor, a escolha de estratégias adequadas à organização não deve recair sobre uma ou duas opções. Por outro lado, também não deve tender, inicialmente, a um número grande de alternativas realizadas ao mesmo tempo, pois

Exemplos de diversificação de fontes de recursos:



cada uma delas exigirá investimento próprio (algumas vezes oneroso) de tempo e de outros recursos para ser implementada. Deve-se estabelecer prioridades, além de um cronograma de implementação das estratégias (plano de ação).

São dois os aspectos mais importantes na escolha das estratégias: buscar, entre as alternativas escolhidas, o equilíbrio entre o custo e o benefício para implementá-las; e estabelecer metas factíveis.

É recomendável criar um banco de dados específico para as atividades de mobilização de recursos. O objetivo é auxiliar na identificação e contato com potenciais financiadores, assim como no acompanhamento das interações realizadas. Além disso, o banco de dados irá subsidiar a avaliação dos resultados alcançados ou das tendências observadas, a correção de estratégias etc.

Por toda essa complexidade, também é importante que a organização mantenha uma área que chamamos de Desenvolvimento Institucional. Essa área será responsável pela implementação do plano de mobilização de recursos e pela comunicação com as diversas fontes de recursos para as atividades de captação. É importante destacar que esse tipo de comunicação não deve estar pautado apenas na solicitação de recursos, mas também na prestação de contas e fidelização desse público de especial interesse. 

Sempre que a instituição depender de uma fonte que represente mais de 33% de toda sua arrecadação torna-se necessário rever as estratégias de captação de recursos



Assessoria Empresarial e Contábil

Rua do Ouvidor, 130 - sala 614 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - Cep 20040-030
Tel.: (21) 2210-0859 Fax: (21) 2508-6649

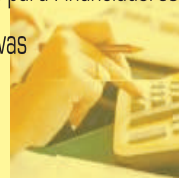
SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

Serviços Contábeis Especializados no 3º Setor

- Assessoria de Recursos Humanos do terceiro Setor e Voluntários
- Qualificação do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros;
- Assessoria, planejamento e prestação de contas de projetos para Financiadores
- Controle automático e renovação de Certidões Negativas

Informações pela Web com total segurança

www.r2assessoria.com.br





Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé

Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil passa por alterações e ganha novas características



Sergio Roberto Monello

atendimento@sergiomonello.com.br
Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

Um acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé foi assinado em Roma, no dia 13 de novembro de 2008, sobre as normas contidas no Direito Canônico, no Direito Constitucional, no Direito Civil e no decreto nº 119-A de 7 de janeiro de 1890. Entre os objetivos, está o reconhecimento da natureza jurídica da Igreja Católica no Brasil por meio de suas dioceses, paróquias e entidades eclesiais.

O art. 3º desse acordo ratifica a personalidade jurídica da Igreja Católica e de todas as instituições eclesiais que estejam em conformidade com o direito canônico e não contrariem o sistema constitucional e as leis brasileiras. São elas: Conferência Episcopal; províncias eclesiais; arquidioceses; dioceses; prelazias territoriais ou pessoais; vicariatos e prefeituras apostólicas; administrações apostólicas; administrações apostólicas pessoais; missões *Sui iuris*; Ordinariato Militar e ordinariados para os fiéis de outros ritos; paróquias; institutos de vida consagrada; e sociedades de vida apostólica.

O acordo reconhece que a Igreja Católica pode livremente criar, modificar ou extinguir suas instituições eclesiais e que a personalidade jurídica das mesmas deve ser reconhecida pela República Federativa do Brasil mediante a inscrição no registro civil do ato de criação, nos termos da legislação brasileira. Ficou estabelecido que, em plena sintonia com o Código Civil Brasileiro, é vedado

ao poder público negar às instituições da Igreja Católica o reconhecimento ou registro do ato de criação.

O art. 5º desse acordo dispõe sobre as pessoas jurídicas eclesiais reconhecidas na forma mencionada que também tenham fins de assistência e solidariedade social. Elas podem desenvolver a própria atividade e desfrutar todos os direitos, imunidades, isenções e benefícios atribuídos às entidades com fins de natureza semelhante previstos no ordenamento jurídico brasileiro, desde que observados os requisitos e obrigações exigidos pela legislação.

É reconhecido também o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, bem como os documentos guardados em seus arquivos e bibliotecas, compondo parte relevante do patrimônio cultural do país e da própria sociedade.

Também ficam asseguradas, pelo art. 7º, as medidas necessárias para a proteção dos lugares de culto da Igreja Católica, de suas liturgias, símbolos, imagens e objetos culturais contra toda forma de violação, desrespeito e uso ilegítimo. O § 1º desse artigo ainda estabelece que nenhum edifício, dependência ou objeto afeto ao culto católico pode ser demolido, ocupado, transportado, sujeito a obras ou destinado pelo Estado e entidades públicas a outro fim, salvo por necessidade, utilidade pública ou interesse social.

A Igreja Católica se comprometeu pelo art. 8º a dar assistência espiritual aos fiéis internados em estabelecimentos de saúde, assistência social, educação ou que estejam detidos em estabelecimento prisional e que, por essa razão, não possam exercer em condições normais a prática religiosa.

Pelo art. 9º desse acordo, haverá o recíproco reconhecimento de títulos e qualificações de educação em nível de graduação e pós-graduação, porém, sujeitos às exigências dos ordenamentos jurídicos do Estado brasileiro e da Santa Sé. Já de acordo com o art. 10º, a Igreja, em atenção ao princípio de cooperação com o Estado, continuará a colocar suas instituições de ensino a serviço da sociedade, em conformidade com seus fins. Decidiu-se também que o reconhecimento dos efeitos civis dos estudos, graus e títulos obtidos em seminários e institutos religiosos é regulado pelo ordenamento jurídico brasileiro, em condição de paridade com estudos de idêntica natureza.

No art. 11º, fica claro que o Brasil respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa, e que essa matéria, sendo católica e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa em conformidade com a Constituição e outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação.

Destaca-se ainda o reconhecimento ao segredo sacramental decorrente do ofício sacerdotal, oriundo do Sacramento da Penitência ou Confissão. Outro ponto de relevância é o reconhecimento da imunidade tributária de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços das instituições eclesiais em relação às suas finalidades essenciais. Esse acordo define claramente que, para os fins tributários, as pessoas jurídicas da Igreja Católica que exerçam atividade social e educacional sem finalidade lucrativa receberão o mesmo tratamento e benefícios outorgados às entidades filantrópicas reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

O art. 16 do acordo reconhece que, em função do caráter peculiar religioso e benéfico da Igreja Católica:

- o vínculo entre os ministros ordenados ou fiéis consagrados mediante votos e as dioceses ou institutos religiosos e equiparados é de caráter religioso e, portanto, não gera vínculo empregatício, a não ser que seja provado o desvirtuamento da instituição eclesial;
- as tarefas de índole apostólica, pastoral, litúrgica, catequética, assistencial, de promoção humana e semelhantes podem ser realizadas a título voluntário, observado o disposto na legislação trabalhista brasileira.

O art. 17 atribuiu aos bispos a possibilidade de convidar sacerdotes, membros de institutos religiosos e leigos que não tenham nacionalidade brasileira para servir no território de suas dioceses, além de pedir às autoridades brasileiras, em nome deles, a concessão do visto para exercer atividade pastoral no Brasil.

É importante destacar que esse acordo não concedeu privilégios à Igreja Católica, nem faz nenhuma discriminação com relação às outras confissões religiosas. Em todo o seu teor, respeita o ordenamento jurídico em plena sintonia com a Constituição Federal e as leis brasileiras. Esse acordo coloca em situação plena de igualdade de tratamento a Igreja Católica e as demais pessoas jurídicas de natureza e caráter religiosos, filantrópicos, de assistência social, de educação e ensino e outras. O documento foi celebrado em plena observância aos princípios constitucionais e legais do Brasil e dentro dos princípios de justiça que norteiam o Magistério da Igreja Católica, segundo o decreto nº 119-A/1890, os documentos do Concílio Vaticano II e o Código de Direito Canônico.

O acordo entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação, ressalvadas as situações jurídicas existentes e constituídas ao abrigo do decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, e do acordo entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas, de 23 de outubro de 1989. 🙏

Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial com Fernando Credidio

Palestras | Cursos | Consultoria | Alfabetização ecológica | Elaboração de projetos | Assessoria em comunicação voltada à sustentabilidade

- ▶ Marketing social, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade: conceitos e papéis;
- ▶ Construindo negócios sustentáveis: o papel da responsabilidade social e da sustentabilidade na estratégia corporativa, no posicionamento da marca, na construção da reputação e da imagem institucional;
- ▶ Os desafios de comunicar as ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental;
- ▶ A nova economia: Protocolo de Quioto, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Mercado de Carbono;
 - ▶ A busca pelo consumo consciente;
 - ▶ Contribuições pessoais para a sustentabilidade: como cuidar do seu meio ambiente;
 - ▶ Sobrevivência ao aquecimento global: 101 maneiras de salvar o planeta.

Saiba mais sobre Fernando Credidio, acessando os **blogs Cidadania.corp** (<http://rsemprarial.spaces.live.com>) e **Futuro Sustentável** (<http://futuresustentavel.spaces.live.com>)

**PALESTRAS
E CURSOS
IN COMPANY**

*Outros temas
sob consulta.



Orçamento Base Zero

Nova ferramenta de gestão sem vícios para as organizações



Ivan Pinto

ivan@audisa.net

Contador, perito contábil e auditor, com mais de 12 anos de experiência em entidades do Terceiro Setor, filantrópicas ou não. Sócio da Audisa Auditores Associados, é membro do colegiado de auditoria do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra) e do Institute of Internal Auditors (IIA).



Ricardo Monello

ricardoadv@sergiomonello.com.br

Advogado, contador e auditor, é membro da Audisa - Consultoria e Auditoria para o Terceiro Setor, da Advocacia Sergio Monello e da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP. Atua ainda como editor da Revista Filantropia.

A economia se encontra em um momento em que não basta planejar. É preciso saber como agir e de que forma. Para começar um orçamento, devem-se priorizar duas perguntas básicas: Quanto devemos gastar? Com o que devemos gastar?

A gestão de custos está presente em todos os setores, e não é diferente nas organizações não governamentais. Por esse motivo, há de se buscar novos caminhos (formas mais eficientes de planejamento), deixando de lado vícios, ou ainda, a região de conforto, grandes inimigos de uma gestão eficaz.

O Orçamento Base Zero (OBZ) teve sua origem nos Estados Unidos, pela Texas Instruments Inc., durante o ano de 1969. Foi adotado pelo Estado da Geórgia no governo Jimmy Carter, com vistas ao ano fiscal de 1973. As principais características são: análise, revisão e avaliação de todas as despesas propostas, e não apenas das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente; todos os programas devem ser justificados cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário.

O Orçamento Base Zero é uma previsão orçamentária projetada, na qual não se leva em consideração o que ocorreu nos anos anteriores.

Com o OBZ, temos que aprender a esquecer

O OBZ não utiliza o orçamento do ano anterior ou despesas no estabelecimento de um novo orçamento, uma vez que as circunstâncias e as finanças da organização podem ter mudado. Ao construir um orçamento a partir de uma base zero, todas as despesas devem ser justificadas. Tal fato ajuda a controlar os gastos, porque o orçamento é montado a partir de zero, em vez de ser construído em cima daquilo que foi gasto durante o período prévio final,

sendo que, na maioria das vezes, esses números já estão poluídos.

É claro que é muito mais rápido e cômodo fazer o Orçamento Base Histórica (OBH), no qual são colocadas como previsão de receitas e despesas as mesmas do ano anterior, sem levar em conta um planejamento estratégico para o ano, ou sem levar em consideração o andamento de seus concorrentes.

Alguns benefícios na implantação do Orçamento Base Zero para a gestão são:

- Dar informações detalhadas sobre o funcionamento de cada despesa;
- Chamar a atenção para excessos;
- Facilitar o processo de decisão;
- Eliminar despesas não necessárias.

Outro fator importante na implantação do OBZ é o aspecto comportamental e/ou motivacional dos colaboradores, que terão uma participação efetiva no controle das despesas. Assim, todos os departamentos têm metas claras de redução de gastos compatíveis com a natureza de suas atividades.

Alguns benefícios pretendidos na implantação do OBZ nas organizações do Terceiro Setor são:

- Redução de custos;
- Melhor Planejamento;
- Descentralização das informações e atividades;
- Histórico contábil correto (melhor tomada de decisões);
- Difusão de conhecimento e de melhores práticas;
- Criação de uma nova cultura;
- Eliminação de processos inadequados;
- Aperfeiçoamento da equipe: crescimento pessoal e profissional;
- Busca de informações (passivo > pró-ativo);
- Adequação das despesas. 

Comunicação em programas empresariais de voluntariado

Ferramenta é essencial para não deixar que um grande trabalho de mobilização dos voluntários se perca

Programas empresariais de voluntariado ganharam importância nas discussões de cidadania corporativa, principalmente a partir do crescimento das áreas de responsabilidade social das empresas e do investimento social privado no Brasil. Esses programas são necessários para o envolvimento dos colaboradores com o desenvolvimento da comunidade. Estimulado pela empresa, o funcionário consegue perceber melhor seu papel social.

O resultado desses projetos é positivo para todos os envolvidos. Segundo a Points of Light Foundation (principal instituição de estímulo ao voluntariado dos Estados Unidos), um programa empresarial de voluntariado “é o apoio formal e organizado de uma empresa a empregados ou aposentados que desejam servir, voluntariamente, uma comunidade, com seu tempo e habilidades”.

Por já praticarem ações voluntárias, muitos colaboradores disseminam o tema da solidariedade e do comprometimento social entre os colegas de trabalho. Na maioria dos casos, é a partir da vontade dos colaboradores que o tema pode ganhar força dentro da empresa. O que vale ressaltar é que, no apoio formal ao voluntariado empresarial, seja pelo auxílio aos funcionários que já são voluntários ou pela criação de um programa de voluntariado próprio, a ferramenta da comunicação se torna essencial.

Por isso, a comunicação deve ser vista como um dos grandes desafios para a empresa e para o coordenador do programa. Durante o planejamento e implementação das ações, não basta apenas informar e divulgar, é necessário envolver e engajar em um primeiro momento e, a partir desse ponto, não deixar que

o trabalho de mobilização dos voluntários se perca entre uma ação e outra, já que esse tipo de ação tem por característica a realização em momentos pontuais durante o ano.

Para se manterem engajadas, além de informação, as pessoas precisam de emoção e identificação com a causa ou ação desenvolvida. É preciso que a comunicação de um programa de voluntariado faça um exercício permanente: o de manter o sentimento de “pertencimento” dos colaboradores em relação não só ao programa, mas também ao desenvolvimento social da comunidade. É preciso manter a chama acesa dentro das pessoas para que, a cada ação desenvolvida, o processo de mobilização seja realizado a partir do próprio comprometimento e identificação dos colaboradores com o programa.

É importante lembrar que a comunicação para a participação deve ser baseada no diálogo, na utilização de canais abertos à participação dos envolvidos. Ela deve ser ágil, criativa, transparente, sempre focada em seu público-alvo e alinhada às estratégias da empresa. Somente a partir do trabalho de fortalecimento interno da empresa é que se pode partir para o fortalecimento da imagem institucional por meio da divulgação do programa para o público externo. As estratégias de comunicação podem dar visibilidade ao programa, mas devem, antes de tudo, gerar credibilidade, identificação e participação. As ações de voluntariado geram uma imagem favorável da empresa perante o público externo, fato que ajuda nos objetivos de negócio de maneira eticamente legítima. Mas a mera visibilidade não pode ser seu fim, sob o risco de a ação cair no descrédito para os públicos externo e interno. 



Link 
www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @
empresarial@acaovoluntaria.org.br

Telefone 
(41) 3322-8076

Voluntariado jovem

O voluntariado jovem “não é um apêndice do voluntariado adulto, mas um modo original de empenho da juventude”. Essa definição, concebida pela mestre em Ciências da Educação Adair Aparecida Sberga, abre espaço para pensar o potencial da atividade voluntária realizada pelos jovens. E é preciso prestar atenção nele.

Uma proposta para trabalhar essas aptidões é o voluntariado educativo, que busca o elo entre escola e comunidade. Nele, ao mesmo tempo em que a formação do aluno é trabalhada de modo contextualizado, o mundo é transformado com a participação do estudante. Para transformar esse potencial em realidade, ter um método de construção para o projeto de voluntariado educativo é fundamental.

Metodologia para o projeto

Ao desenvolver um projeto de voluntariado educativo, é importante pensar que a ação requer um processo elaborado que a antecede. Além disso, após a realização da atividade planejada, há todo um trabalho

para a sustentação do projeto. Em todas as etapas, é fundamental que os envolvidos estejam mobilizados em prol do trabalho. Também é de extrema importância que se reflita durante a execução da atividade a fim de encontrar possibilidades de melhorias.

As dicas abaixo foram retiradas do livro *Voluntariado Educativo, uma Tecnologia Social*, editado pelo Instituto Faça Parte.

Antes de agir:

- Identifique as reais necessidades da escola ou da comunidade que será atendida pelo projeto;
- Envolve cada voluntário sabendo o que ele quer e pode fazer;
- Planeje todas as etapas de desenvolvimento do projeto;
- Articule os conteúdos curriculares aos objetivos do projeto;
- Divulgue o projeto e convide voluntários e parceiros, da escola e da comunidade, para participar.

Durante e após a ação:

- Registre as ações realizadas com fotos, anotações e gravações. Além de poder analisar melhor o acontecimento em momentos futuros, você poderá utilizar esse material para repercutir a atividade, fazendo com que ela mantenha viva a idéia do projeto por meio de divulgação;
- Certifique, divulgue e promova eventos para que os participantes do projeto interajam. Essas são boas formas de reconhecer o trabalho de todos.

A ação pode se dar fora dos muros das escolas, em hospitais, creches etc. O importante é ter em mente o que a ação voluntária trará de conhecimento ao aluno e como os professores poderão fazer uso dela para melhor ensinar. 



Etapas de um projeto de voluntariado educativo

Iniciando um bom relacionamento

Onovo ano chegou. Muitas organizações já começam a se preparar para receber seus voluntários em 2009, a fim de garantir o melhor relacionamento possível entre aqueles que dedicam tempo, trabalho e talento em prol de um mundo mais justo. Para assegurar que a energia de todos possa ser dedicada ao trabalho a ser realizado, há pontos que devem estar bem definidos, como os direitos e deveres dos voluntários nas organizações.

Um documento fundamental para o exercício do serviço voluntário é o termo de adesão, que deve ser disponibilizado pelas organizações e assinado por todos os voluntários que trabalham com elas. Nele, devem estar descritas informações a respeito do que será feito pelo voluntário e em que condições de trabalho isso será realizado. Também é possível incrementar esse documento com outras informações que possam disponibilizar mais conhecimento a essas pessoas sobre as atividades que exercerão. “Acredito que a divulgação da Lei do Voluntariado garante a relação da instituição com o voluntário”, elucida Ana Paula Silva, assessora de voluntariado da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (Apae-SP), sobre outro item que pode estar anexo ao termo.

Caso seus voluntários não tenham assinado um termo de adesão ao iniciarem os trabalhos na organização, o recomendável é que o façam o quanto antes. Nesse caso, no entanto, o termo não deve ser assinado com data retroativa. Um modelo do termo pode ser encontrado no site do CVSP, seção Seja Voluntário, link Legislação.

Recursos adicionais

Maria Auxiliadora Dias, coordenadora de voluntariado das Casas André Luiz, aponta também outras ações que as organizações podem adotar para agregar mais credibilidade ao termo: assinatura de um contrato de confidencialidade e o termo de cessão de imagem e voz. Este último deve conter, dentre outras informações, durante quanto tempo e em que modalidade de divulgação o material será utilizado (fins jornalísticos, publicitários, institucionais etc).

Também é importante possuir um banco de dados com informações básicas sobre aqueles que estão apoiando o trabalho de sua organização. Essa ferramenta deve contribuir efetivamente para a melhoria das atividades. Em caso de voluntários que trabalham em áreas de competência específica, por exemplo, é possível agregar ao cadastro uma cópia do documento que

autoriza essa pessoa a exercer a profissão. Assim, você pode comprovar para qualquer interessado que o médico que atua voluntariamente em atividades que organiza é realmente capacitado para essa atuação.

Similaridades e diferenças entre o trabalho voluntário e o trabalho remunerado

Sim, existem pontos parecidos entre essas atividades. O voluntário pode assinar um livro de presença sem que isso caracterize vínculo empregatício, por exemplo. Porém é necessário ter atenção a outras questões, que costumam ser similares às oferecidas em outras modalidades de atuação. Oferecer benefícios como cesta básica, almoço e vale transporte para voluntários pode caracterizar vínculo empregatício. Há ainda outros casos que a legislação vigente não contempla. A Lei do Voluntariado não é clara quanto ao número máximo de horas que o voluntário pode doar.

Em caso de reembolso de transporte, o prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias. Esse item, no entanto, precisa estar expresso no termo de adesão, caso a organização opte por concedê-lo.

Desligamento

Pode chegar um momento em que o voluntário, por qualquer razão, opte por não mais exercer o voluntariado em sua organização. O que é possível fazer? Para começar, é importante se preparar para essa situação.

O CVSP, por exemplo, trabalha com a renovação anual do termo de adesão. Assim, caso o voluntário não compareça para a revalidação do documento, ele é automaticamente desligado. Outra possibilidade é utilizar o termo de desligamento, que o voluntário pode assinar caso deseje se afastar da atividade. É importante ressaltar que ele não está previsto na lei n° 9.608, sobre voluntariado.

O CVSP sugere que o termo de adesão assinado (e o de desligamento, nos casos em que ele for adotado) seja guardado por cinco anos. Além disso, recomenda-se também a assinatura do termo mesmo em caso de evento pontual. Quem deseja saber mais sobre legislação do voluntariado, pode acessar os sites da Ordem dos Advogados de São Paulo e do Instituto Pro Bono. 



www.cvsp.org.br
www.institutoprobono.org.br
www.oabsp.org.br

Hora de refazer as contas

Crise econômica faz entidades incrementarem ações para a diminuição de custos operacionais

por Luciano Guimarães



Divulgação

Avapenet, sistema implantado na Avape, ajudou a reduzir custos com telefonia e melhorou eficiência do serviço

Economia virou mais do que palavra de ordem. É praticamente uma obsessão administrativa em boa parcela das organizações sociais. Preocupadas em eliminar gastos desnecessários e diminuir o consumo de recursos que anteriormente não eram considerados importantes para a manutenção da saúde financeira, as entidades estão refazendo suas contas e repensando projetos.

Tal movimento começou bem antes da crise financeira que assombra o mundo desde outubro, mas logo após esse quadro, apressou-se a minimizar ao máximo quaisquer efeitos colaterais no caixa das entidades do Terceiro Setor. Somado a esse cenário, há também o pesadelo da diminuição do volume de doações. A conta é simples: menos dinheiro na economia, menos recursos no caixa das entidades.

Sendo assim, a redução de custos operacionais, que já figura na pauta principal das organizações sociais há algum tempo, virou assunto de prioridade máxima. Agora, chegou o momento de se repensarem as contas; é hora de apertar o cinto, cortar a própria carne com o menor impacto possível para o atendimento.

Em maior escala, dependendo dos rumos que as perdas forem tomando, as entidades terão de praticar uma ação que ficou conhecida historicamente como encilhamento – período de agitação financeira logo após a implantação da República no Brasil, caracterizado pelo grande movimento de especulações bolsistas e negócios arriscados.

Se antes poupar recursos era uma das diretrizes incentivadas por políticas de preservação ambiental ou racionamento energético e de água, hoje o estímulo vem das incertezas causadas pelo aumento gradual do valor de produtos e serviços, que tornaram a gestão de todos os setores da economia mais dispendiosos.

Mesmo antes da crise, muitas entidades já haviam tomado decisões voltadas à economia de insumos em função dessa elevação de preços. As ações variam desde aproveitar

ao máximo o papel usado nos departamentos (evitando, por exemplo, impressões desnecessárias ou otimizando o uso de sobras de papel transformando-as em blocos de notas), trocar lâmpadas incandescentes por fluorescentes, o que leva a uma redução de até 80% no consumo, e até mesmo aproveitar a água da chuva para lavar áreas externas.

Seguindo a idéia de que é preciso economizar a todo custo, entidades estão cortando serviços tradicionais. O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC SP), por exemplo, optou por transformar o Boletim CRC SP em uma publicação on-line para o exercício de 2009.

De acordo com o chefe de compras da organização, Willian Cândido dos Reis, haverá uma brutal economia de recursos. “Com essa iniciativa deixaremos de consumir 114 toneladas de papel por ano, gerando uma economia total com a impressão e os serviços correlatos, como postagem, de até R\$ 1,28 milhão.”

O CRC SP também aboliu os copos descartáveis em prol da adoção de canecas de porcelana, evitando o descarte de milhares de unidades. “Além de preservar o meio ambiente, com o fim do descarte do material, a entidade deixará de gastar R\$ 10,5 mil anualmente”, salienta.

Modelo a seguir

Uma das maiores e mais reconhecidas entidades do país, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), conta com um rígido sistema de contenção de custos, com planejamento detalhado sobre como e onde aplicar os recursos. A austeridade do programa é tamanha que existe uma forte conscientização dos colaboradores, mostrando a eles a importância da participação de todos para atingir as metas estabelecidas.

“Semanalmente, realizamos reuniões de análise dos resultados com os gerentes, ocasião em que são apresentadas ações de melhoria”, explica o

superintendente operacional da AACD, Luiz Oberdan Liporoni. “Possuímos painéis de gestão transparente espalhados pela entidade, para que todos tenham conhecimento das metas e resultados obtidos”.

Liporoni faz um apanhado das ações realizadas dentro desse programa de redução de despesas que, com a crise econômica, poderá se tornar ainda mais exigente. Em telefonia, a AACD pratica um efetivo controle dos ramais para chamadas para celular e DDD, diminuindo bastante o consumo mensal, realiza campanhas de conscientização dos colaboradores com a emissão mensal de relatórios comparativos dos gastos de cada departamento, além de ter adotado o sistema VoIP nas unidades com maior fluxo de chamada.

No quesito água, a entidade realiza a leitura diária do consumo, visando identificar distorções mais rapidamente; contratou uma empresa para gerenciamento do consumo com a instalação de redutores de vazão em todas as torneiras não críticas; alterou o processo de aspiração das piscinas, reduzindo o volume de água jogada fora; está mudando as redes, antes enterradas, para aéreas, visando a uma fácil identificação de possíveis vazamentos; e passou a utilizar as águas da chuva para lavar o pátio e molhar jardins.

Já o desperdício de energia elétrica é combatido a partir de investimentos da Eletropaulo, dentro do projeto de Eficiência Energética, quando foram substituídas todas as luminárias antigas da Unidade Central, de 2 x 40W, por luminárias de alto desempenho, de 2 x 32W, com reatores mais econômicos. Dentro desse mesmo projeto, foi instalado um sistema de aquecimento solar para atender os chuveiros da unidade de Osasco.

“A AACD formatou também uma política rígida para o uso do ar condicionado, com ordem para ligar e desligar em horários pré-determinados, ocasionando uma redução significativa de despesas”, lembra o superintendente

operacional, mostrando que a economia obtida já foi suficiente para reduzir o custo do hospital da instituição em 5,8% e aumentar o número de cirurgias gratuitas em 8%.

Avape

Quem também redobrou a atenção com gastos desnecessários foi a Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape), cuja gestão já trazia na rédea curta a área financeira. A entidade, entretanto, prefere nomear o programa de “uso racional de recursos”, como explica o diretor executivo Afonso Reis.

“Aprimoramos constantemente a forma de otimizar o uso de recursos, com o objetivo de chegar a um orçamento equilibrado. Seja do ponto de vista micro, macroeconômico ou específico da organização, estamos atentos às mudanças no cenário financeiro, que já começaram a repercutir no mercado geral e, certamente, vão repercutir no nosso negócio também”, frisa. Somente com salários, encargos e benefícios, a Avape gasta 80% de sua receita.

Para 2009, a entidade foi obrigada a montar um orçamento com base em uma série de cenários possíveis, inclusive com exemplos de panoramas mais difíceis, tendo em vista as perspectivas do próximo exercício. “Certamente, vamos aprofundar os nossos programas de uso racional de recursos e estabeleceremos, de forma econômica, objetivos a serem atingidos, para que tenhamos um ano sustentável. Vamos trabalhar no próximo exercício com o conjunto de receitas menor do que neste ano”, reitera Afonso Reis.

Mesmo com esse revés, as organizações do Terceiro Setor continuam esperançosas que logo haverá bonança. O diretor executivo da Avape faz uma identificação do momento atual e o sentimento dos gestores. “Esse conjunto de reduções é comparável à poda de uma árvore, feita para revigorá-la e para que retorne ainda mais forte e consistente em todos os seus processos de ações.”

Links

www.aacd.org.br
www.avape.com.br
www.crcsp.org.br

É SEU DIREITO VIVER EM UMA CIDADE QUE RESPEITA OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES.

VOCÊ PODE FAZER A SUA PARTE E EXIGIR UM PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA.

Para a sua cidade ter um Prefeito Amigo da Criança é muito simples: o prefeito precisa assinar o Termo de Compromisso da Fundação Abrinq. Com o termo, ele se compromete a desenvolver ações para implementar políticas públicas e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes do seu município no que diz respeito à educação, à saúde e à proteção social.

O programa também monitora a execução das atividades e, no final da gestão, o prefeito é avaliado e pode ser premiado e reconhecido como Prefeito Amigo da Criança. E você, ser reconhecido como um verdadeiro cidadão.

Para aderir, o prefeito deve acessar o site da Fundação Abrinq, imprimir o termo de compromisso e enviar para a Fundação Abrinq: www.fundabrinq.org.br/ppac.



PROGRAMA PREFEITO
AMIGO DA CRIANÇA





Por mais transparência na gestão pública

Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça garante mais transparência ao repasse de recursos públicos



Romeu Tuma Jr.

Secretário Nacional de Justiça e ex-deputado estadual em São Paulo.

Em alguns momentos, principalmente naqueles de crise, o governo é criticado por não estabelecer uma relação de parceria com a sociedade. Isso não é sempre verdade, pelo menos no Ministério da Justiça (MJ), e especialmente na Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), no atual período. Além de criticar – e a crítica é fundamental para a democracia –, faz-se necessário reconhecer as ações do Estado em benefício da transparência e da participação cidadã.

Mas antes, vamos voltar um pouco no tempo. Em 2006 foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação de organizações não governamentais e diferenciar as entidades filantrópicas das ditas “pilantrópicas”. A atuação dessa e de outras CPIs é de conhecimento de parte da população que acompanha os noticiários. Porém, outras iniciativas também merecem ser mais bem conhecidas. Destaca-se, a seguir, uma ação específica da Secretaria Nacional de Justiça em direção a uma maior transparência na gestão pública.

A ação, que não ocupou grande espaço na mídia e deveria merecer maior atenção, é o novo modelo de controle social e fiscalização dos recursos públicos utilizados pelo Terceiro Setor e criado pelo Ministério da

Justiça: o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ).

O CNEs/MJ vem sendo construído desde 2004. Em 2006, com a portaria SNJ nº23, de 28 de dezembro, foi instituída a obrigatoriedade de prestação de contas de organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e de entidades declaradas de Utilidade Pública Federal (UPF).

Hoje, o CNEs/MJ é um sistema eletrônico que permite registrar em um banco de dados organizado a existência, o funcionamento e os serviços prestados por entidades privadas, sem fins lucrativos e que cumprem finalidades de interesse público. Essa importante ferramenta, disponibilizada no site do MJ, possibilita ao cidadão exercer um controle democrático sobre os órgãos da administração pública, porque permite o acesso às informações das entidades que tiveram suas certidões de regularidade liberadas e a fiscalização mais efetiva do uso dos recursos públicos repassados a elas.

Qualquer entidade que queira desenvolver atividades de interesse público com recursos públicos, ainda que não possua qualificação ou titulação alguma, pode se cadastrar no CNEs/MJ. Outra novidade

é que todos os órgãos estatais que detenham informações não sigilosas sobre entidades sociais poderão disponibilizá-las no CNEs/MJ, mediante acordo de cooperação firmado com o MJ.

Hoje, o cadastro, administrado pelo Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (Dejus), já recebe, sistematiza e divulga ampla publicidade na internet às prestações de contas anuais de aproximadamente 17 mil entidades qualificadas no Ministério da Justiça. Mais de 12 mil entidades de Utilidade Pública Federal (UPF) e mais de 4 mil organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) já se cadastraram no CNEs/MJ. As Organizações Estrangeiras (OEs) que atuam ou pretendem atuar no Brasil também devem atualizar ou fazer seu cadastro no CNEs/MJ.

As funcionalidades do CNEs/MJ permitem também a divulgação das prestações de contas das entidades que recebem recursos públicos, com ou sem aprovação dos respectivos órgãos parceiros. É importante esclarecer que as entidades qualificadas no âmbito do MJ ainda têm por obrigação a prestação anual de contas para manter sua qualificação e obter a certidão de regularidade. Já as entidades que não possuem qualificação e que têm interesse na captação de recursos públicos podem fazer o cadastro básico no sistema, o que lhes garante maior transparência perante a sociedade.

A interface com o cidadão é onipresente no CNEs. O sistema permite que qualquer cidadão possa fazer elogios e/ou denúncias sobre a utilização de recursos públicos por quaisquer organizações não governamentais. Há a forma simplificada do "Clique Denúncia" e, no relatório de prestação de contas, a própria entidade poderá, por questionário e campo de livre preenchimento, emitir sua opinião sobre o CNEs e sua prestação de contas.

Atribuir maior transparência à gestão pública e promover uma maior participação da sociedade nas atividades administrativas do governo são os principais objetivos desse serviço. A expectativa é que com esse novo modelo de controle social seja possível fiscalizar com maior eficiência e efetividade as políticas públicas e a utilização de recursos públicos repassados a organizações não governamentais, ainda que estas não possuam qualquer qualificação ou titulação federal.

Além de fomentar o controle social, o CNEs/MJ pode constituir uma importante rede de proteção da administração pública. A cultura de condicionar o repasse de recursos públicos a entidades sem fins lucrativos à apresentação da certidão de regularidade do CNEs/MJ vai estabelecer uma rede que, a cada passo, se reforçará e ampliará. Assim, o administrador exige a certidão; para obtê-la a entidade deve prestar contas ao CNEs/MJ, e as contas da entidade, por sua vez, são tornadas públicas no site do Ministério da Justiça. Dessa forma, o cidadão pode participar do controle, fiscalizando e denunciando. Com essa rede de proteção, todos ganham: o cidadão, as entidades e o poder público.

Certamente, o CNEs/MJ não pode resolver todos os problemas relativos à utilização inadequada de recursos públicos. Mas é forçoso reconhecer que sua existência incrementa significativamente a capacidade de controle do Estado e, principalmente, da sociedade sobre os recursos públicos. Não é por outra razão que o desenvolvimento do CNEs está vinculado às metas da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Sem, contudo, violar a autonomia de organização da sociedade civil e sem instituir uma desconfiança generalizada sobre organizações não governamentais. 

Qualquer entidade que queira desenvolver atividades de interesse público com recursos públicos, ainda que não possua qualificação ou titulação alguma, pode se cadastrar no CNEs/MJ

Link 
www.mj.gov.br/cnes



Grupo Arilton Portella

- ▶ **Contabilidade entidades do 3º setor**
- ▶ **Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos**
- ▶ **Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor**

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

www.ara-atualiza.com

Direito Penal do inimigo e as organizações

O perigo de estigmatizar as entidades de fins sociais



Paulo José Carvalho

Advogado criminalista, sócio da Advocacia Associada Criscuolo, consultor em Direito Penal da Advocacia Sergio Monello, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor, especialista em Direito Penal e Processual Penal, com aperfeiçoamento acadêmico pela FGV/SP.

A sociedade encontra-se ligada ao direito, fazendo-o nascer das suas necessidades fundamentais e, em seguida, deixando-se disciplinar por ele, recebendo ainda da chamada “ciência das leis” a estabilidade e a própria possibilidade de sobrevivência.

Em suma, no direito se encontra a garantia das condições julgadas necessárias à coexistência social, definidas e asseguradas pelas normas, que criam, por fim, a ordem jurídica. Dentro dela, no Estado organizado, sociedade e indivíduo compõem o seu destino.

Nesse contexto, a sociedade contemporânea, assustada com o terrorismo transnacional e com o aumento de facções criminosas, clama a seus governantes uma imediata contrapartida legal que ponha obstáculos à escalada do medo que impera nos quatro cantos do mundo.

Sendo o Direito Penal o mais político dos ramos do direito, pois através dele o governo estabelece as condutas inaceitáveis para a sociedade, nossos governantes tendem a adotar preceitos penais que visam a “reduzir” os direitos e garantias individuais para responder imediatamente aos anseios sociais.

É a chamada legislação de pânico, ou simbólica, cuja promulgação ocorre, via de regra, em tempo recorde, após pouco ou nenhum debate legislativo. Surge, assim, o chamado Direito Penal do inimigo, demonstrado na teoria do doutrinador alemão Günther Jakobs como base das políticas públicas de combate à criminalidade.

Por essa doutrina, a sociedade elege o seu “alvo”, ou “inimigo”, e contra ele vale tudo: desde penas arbitrárias até a flexibilização dos princípios e regras de imputação. O inimigo se distingue do cidadão. Ao inimigo veda-se o direito e as garantias das normas, pelo fato de ele não aceitá-las e colocar insistentemente o sistema em risco, e por ter uma periculosidade prévia e permanente. Como exemplo de inimigos da atualidade, pode-se citar: os grupos terroristas que apavoram o Ocidente, os narcotraficantes latino-americanos e os membros de facções criminosas.

O Direito Penal do inimigo, quando colocado em prática, embora seja uma aspiração social, fere frontalmente o Estado Democrático de Direito, mostrando-se perigoso e inaceitável por abalar juridicamente os princípios e garantias constitucionais fundamentais.



Independentemente da gravidade da conduta do agente, ele há de ser punido como pessoa que praticou o crime, e não como um combatente, como um inimigo do Estado e da sociedade. A conduta, por mais desumana que pareça, não autoriza o Estado a tratar o ser humano como um ser irracional. O infrator ainda é um ser humano.

Observamos que o denominado Direito Penal do inimigo abriga dois fenômenos criminais: o simbolismo do Direito Penal e o punitivismo expansionista, capaz de agregar em um mesmo ninho o conservadorismo e o liberalismo penal. Os paradigmas preconizados pelo Direito Penal do inimigo mostram toda a incompetência estatal, ao reagir com irracionalidade, ao diferenciar o cidadão “normal” do “outro”. A excepcionalidade há de ser negada com o Direito Penal e Processual Penal constitucionalmente previstos, na medida em que a reação extraordinária afirma e fomenta a irracionalidade.

Ao fazer uma construção jurídico-analógica, tentando traçar um paralelo entre o Direito Penal do inimigo e as ONGs, percebe-se que as organizações não governamentais têm sido vítimas de um verdadeiro processo de estigmatização. Lemos diariamente nos jornais do país e assistimos nos meios de comunicação matérias que tentam transformar o termo ONG em sinônimo de corrupção e em algo que precisa ser execrado da sociedade.

O termo filantropia quase sempre é transformado inadvertidamente em algo pejorativo por articulistas populistas e pela mídia insana, ávida por vender seus periódicos, o que faz com que a sociedade crie uma ideia errada das entidades sociais.

Com o conceito estigmatizado, surge o descrédito popular e, por conseguinte, a diminuição do fluxo de investimentos capazes de fomentar e financiar o Terceiro Setor. As doações diminuem, as empresas se retraem para não firmar parcerias e o poder público

reluta em firmar convênios e até mesmo em manter os já existentes.

Existem, sim, problemas; existem aqueles que praticam crimes sob o manto de organizações sociais, mas generalizar significa colocar todas as entidades sérias no mesmo nível das entidades corruptas. O problema se agiganta quando o poder público, em vez de fiscalizar as organizações sociais corruptas, tenta a todo custo criar entraves para a administração e manutenção das entidades que primam pela correção e visam única e exclusivamente a colocar em prática os seus objetivos sociais. Criam-se leis inconstitucionais, decretos autoritários, resoluções esdrúxulas, tudo para coibir a proliferação do possível novo “inimigo” dos cidadãos: as organizações não governamentais.

Somando-se a isso, nossos tribunais, que outrora davam guarida às entidades sociais valendo-se dos preceitos elencados na Constituição Federal, se movimentam agora no sentido oposto, sendo por vezes injustos e contraditórios. Desprezam princípios jurídicos, como o do Direito Adquirido, do Contraditório e o da Hierarquia das Normas, e autorizam, por exemplo, que simples decretos infraconstitucionais emanados pelo poder público se sobreponham à legislação magna estampada na Constituição Federal de 1988.

Concluindo, ao ser admitido o Direito Penal do inimigo, que é o oposto do Direito Penal do cidadão, consagra-se o Direito Penal do autor, que pune o sujeito pelo que ele é, e não por aquilo que ele faz.

Ao aceitar que se rotule o termo ONG como sinônimo de corrupção, nivelam-se todas as organizações sociais por baixo e estigmatiza-se todo um setor social positivo, afrontando assim a própria cidadania. Em ambos os casos, acontece o afastamento do ideal de justiça, suprimindo direitos e garantias dos cidadãos e flexibilizando princípios fundamentais do direito. ☺



MARKET
ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA
EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE:

- Monitore os impactos dos programas em investimento social;
- Entenda as expectativas dos consumidores, stakeholders e públicos de interesse;
- Identifique os indicadores chave de reputação.

Monitor de Reputação
Empresarial

Responsabilidade Social
Corporativa

Media
Reputation

SponsorTracker

Barômetro Ambiental

Líder Barômetro

CONHEÇA
NOSSOS PRODUTOS

www.marketanalysis.com.br
info@marketanalysis.com.br
tel: 48 3234 5853

Aprovada nova Lei de Estágio

Foi aprovada a nova Lei de Estágio para estudantes (lei nº 11.788/2008). Além de definições acerca da prática do estágio, a legislação regulamenta os deveres das instituições de ensino e da parte cedente da vaga. Uma das novidades da lei é a carga horária estabelecida, que passará de oito a seis horas diárias. Ainda será realizado um novo procedimento quanto ao período de recesso, uma espécie de férias de 30 dias, que será concedido sempre que o estágio tiver duração igual ou superior a um ano.

 www.mbiasioli.com.br



Pagamento de insalubridade é suspensa

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu mais duas liminares que suspendem a aplicação de parte da súmula 228, do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ao analisar o pedido de duas entidades, o presidente do Supremo entendeu que “a nova redação estabelecida para a súmula 228/TST revela aplicação indevida da súmula vinculante nº 4, porquanto permite a substituição do salário mínimo pelo salário básico no cálculo do adicional de insalubridade sem base normativa”. Assim sendo, suspendeu a parte do dispositivo que permite a utilização do salário básico no cálculo do adicional.

 www.stf.gov.br

Isenção de Cofins

Como é de conhecimento, a base de cálculo da contribuição é o faturamento, que corresponde à receita bruta da pessoa jurídica. Todavia, as receitas das atividades próprias das instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico, e das associações civis que prestam serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, estão isentas da Cofins desde que cumpram todos os requisitos legais para gozo da isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

 www.receita.fazenda.gov.br

IRPJ de associações recreativas

As receitas não operacionais decorrentes da venda de ativo imobilizado estão isentas do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), desde que a entidade cumpra todos os requisitos legais para gozo da isenção. Assim dispõe a Solução de Consulta do Conselho de Contribuintes de nº 214/ 2008.

 www.receita.fazenda.gov.br

Isenção de PIS sobre folha

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região (que integra seis Estados do Nordeste do país) concedeu imunidade do PIS sobre a folha de pagamentos a uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip). Segundo o advogado da entidade, a ação proposta versava sobre a equiparação das Oscips a entidades filantrópicas. Assim sendo, ao serem comparadas, as Oscips teriam direito ao benefício previsto no artigo 195 da Constituição Federal.

 www.valor.com.br

Retificação de lançamentos

Conforme estabelecido na NBC T. 2.4, a retificação de lançamento é o processo técnico de correção de um registro realizado com erro na escrituração contábil das empresas e entidades. São formas de retificação: o estorno, que é o lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente; a transferência, caracterizada pelo lançamento que promove a regularização de conta indevidamente debitada ou creditada, por meio da transposição do valor para a conta adequada; e a complementação, que é o lançamento que complementa, posteriormente, o valor já registrado, aumentando ou reduzindo-o. Em qualquer uma das modalidades citadas, o histórico do lançamento deverá precisar o motivo da retificação, a data e a localização, no livro Diário, do lançamento de origem.

 www.iob.com.br

Empresa de uma só pessoa

Exigir que um trabalhador abra empresa de prestação de serviços para contratá-lo é considerado fraude, por violar o artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por esse motivo, a 10ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região determinou que um hospital garantisse direitos trabalhistas a um médico que trabalhou 16 anos mediante o pagamento por emissão de notas fiscais. O dispositivo citado diz que é considerada empregada toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

 www.conjur.com.br

Licença-maternidade: duração prorrogada

Foi aprovada recentemente a lei nº 11.770/2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. O programa se destina a prorrogar por 60 dias a duração da licença-maternidade, através de dedução de impostos, ou seja, a pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada pago nos 60 dias de prorrogação de sua licença-maternidade, sendo vedada a dedução como despesa operacional.

 www.presidencia.gov.br

Lançamento contábil

Nos registros contábeis, o histórico pode figurar de duas maneiras, conforme o sistema de escrituração adotado pela empresa: a) no final do lançamento: o histórico utilizado deverá atender a ambas as contas envolvidas no lançamento, ou seja, deverá conter informações suficientes que atendam tanto à conta devedora quanto à conta credora; e b) após cada conta: o histórico poderá atender a cada uma das contas (ou seja, um histórico para cada conta).

 www.iob.com.br

Terceirizados

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou o projeto de lei nº 6975/06, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), que obriga empresas terceirizadas a manter uma conta bancária para cada contrato de prestação de serviço com outras empresas. A conta vai garantir recursos para o pagamento de obrigações trabalhistas como aviso prévio, férias anuais, gratificação de natal e depósito do FGTS. Na prática, as empresas terceirizadas terão de manter uma reserva bancária para custear os direitos trabalhistas dos seus empregados que executam serviços para outras empresas.

 www.camara.gov.br

Diabéticos – Imposto de Renda

Os portadores de diabetes melito poderão ser beneficiados com isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. Projeto de lei nº 390/2008 com esse objetivo foi apresentado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda recebimento de emendas. O projeto inclui a doença entre as listadas no inciso XIV do art. 6º da lei nº 7.713/1998 (incorporado ao inciso XXXIII do art. 39 do RIR/1999).

 www.iob.com.br

Incidência de IR

A tributação de Imposto de Renda de Pessoa Física não pode incidir de uma só vez sobre valor recebido acumuladamente a título de benefício previdenciário, mas deve ser dividida em relação a cada mês competente. O entendimento foi da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao negar um recurso da Fazenda Nacional que exigia a incidência da alíquota de IRPF sobre o total recebido por um contribuinte. Para o Fisco, no entanto, a incidência deveria ocorrer no momento do recebimento do benefício, que configura aquisição e disponibilidade econômica.

 www.conjur.com.br

Isenção de PIS sobre folha

Em caso de doença que coloque em risco a vida do segurado, os planos de saúde devem cobrir o tratamento mais adequado. Com esse entendimento, a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul confirmou sentença que determinou à Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico pagar cirurgia de colocação de *stent* farmacológico. A Unimed pretendia cobrir somente o uso de *stent* convencional, cujo valor é inferior ao dispositivo indicado pelo médico. A relatora, desembargadora Marilene Bonzanini Bernardi, ressaltou existir comprovação científica de que o *stent* farmacológico é mais eficaz nos pacientes com artérias coronárias comprometidas por obstruções que levam ao infarto agudo do miocárdio e outras complicações.

 www.conjur.com.br

Narcolepsia

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando designação do relator, projeto de lei (PLS 147/07) do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que acrescenta a narcolepsia ao rol dos agravos à saúde cujos portadores são beneficiados com a isenção de Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. A narcolepsia é um distúrbio neurológico considerado incurável, que causa sonolência excessiva em horários e situações inesperadas, acarretando riscos aos portadores, que dependem dos cuidados de terceiros.

 www.senado.gov.br



1 Uma igreja pode descontar dízimo de seus funcionários em folha de pagamento?

Segundo o artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), existe clara vedação à pessoa jurídica empregadora de efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, dispositivos de lei ou contrato coletivo. Assim entendeu a 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que recentemente decidiu que, ao descontar dízimo do salário do funcionário, a empresa deve devolver o valor retirado com acréscimo de juros e correção monetária.

2 Um funcionário que utilizar o carro da organização pode ter problemas trabalhistas?

É preciso tomar cuidado com essas questões, cujo entendimento pode variar. A súmula 367 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) declara que “a habitação, a energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares”. O fato de o funcionário ter liberdade quanto ao seu horário de trabalho não altera o entendimento. Sendo assim, só não será caracterizado como salário-utilidade o fornecimento de veículo quando ele for indispensável à realização do trabalho.

3 Entidades que desenvolvem projetos culturais podem ser consideradas assistenciais?

A promoção da assistência social se dá com a realização de uma das atividades elencadas pelo artigo 203 da Constituição Federal, ou seja: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Portanto, embora os projetos de cunho cultural sejam de extrema relevância para a sociedade, não podem ser considerados assistenciais.

4 É necessário fazer uma análise socioeconômica dos beneficiários atendidos por uma instituição?

A análise socioeconômica é de fundamental importância para aqueles que atuam no Terceiro Setor, em especial, para as organizações que gozam de benefícios fiscais. O perfil socioeconômico é o instrumento que valida o estado de vulnerabilidade dos beneficiários. Recomenda-se, no entanto, que tal levantamento seja realizado por um assistente social, profissional competente para realizar a avaliação, e que deverá emitir um parecer no qual se constate que a pessoa é carecedora da prestação de serviço de forma gratuita.

5 Uma associação de recicladores pode celebrar convênio com a prefeitura para coleta seletiva e reciclagem do lixo urbano? Há possibilidade de se emitir nota fiscal desse serviço?

Desde que a associação esteja formalmente constituída e preencha todos os requisitos solicitados em ocasião de convênio, não há qualquer óbice. Se for uma associação sem fins lucrativos, provavelmente é imune ou isenta ao ISS. Entretanto, há de se observar o que dispõe a legislação municipal e demais formalidades da imunidade constitucional, como determinadas cláusulas estatutárias e seus respectivos demonstrativos contábeis. Quanto à emissão de nota fiscal, mesmo que a organização seja imune ou isenta, isso não retira sua obrigação de efetuar o cumprimento das demais obrigações acessórias, como a emissão de nota fiscal. É importante verificar, junto ao poder público, a possibilidade de regime especial.

6 Como proceder quanto à contribuição dos trabalhadores autônomos que prestam serviços às pessoas jurídicas beneficiárias de isenção tributária?

De acordo com a instrução normativa MPS/SRP nº 3/2005 referente aos fatos geradores a partir de 1º de abril de 2007, sobre os serviços prestados por autônomos a pessoas jurídicas que possuem o benefício da isenção, deverão ser recolhidos 20% a título de contribuição social. É diferente quando o serviço prestado for para pessoas jurídicas que não recebem essa isenção, cuja alíquota deve obedecer à tabela própria do INSS, variando entre 11 e 20%.

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged – 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em dezembro/08
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de dezembro/08
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência dezembro/08 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
8	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente a novembro/08
	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente ao mês de novembro/08
9	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/08
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência dezembro/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de dezembro
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento em GPS da competência dezembro/2008 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em dezembro/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em dezembro/08
30	Contribuição Sindical - Empregados	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em dezembro/08
	Contribuição Sindical Patronal	Recolhimento da Contribuição Sindical às respectivas entidades de classe. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (Município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em novembro/08
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de janeiro de 2009 (art. 35 da lei nº 10.925/04, alterado pela lei nº 11.196/05)
	Previdência Social – Plano anual de ação de atividades	Apresentação ao INSS pela pessoa jurídica de direito privado beneficiada com a isenção tratada nos artigos 206 e 207, do regulamento da Previdência Social, aprovado pelo decreto nº 3.048/1999, do plano de ação das atividades a serem desenvolvidas durante o ano em curso

Dia	Obrigação	Fato gerador
6	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged – 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em janeiro/09
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de janeiro/09
	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/08
	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente ao mês de dezembro/08
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência janeiro/09 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
13	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência janeiro/09 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de janeiro (art. 74 da lei nº 11.196/05)
20	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência janeiro/09 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/09 (conforme redação dada pela lei nº 11.196/05, art. 70, item I, alínea d)
25	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em janeiro/09
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em janeiro/09
27	Contribuição Sindical	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em janeiro/09
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (Município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/08
	Comprovante anual de rendimentos de pessoas físicas	Fornecimento pelas fontes pagadoras às pessoas físicas beneficiárias do Comprovante de Rendimentos pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, relativos aos rendimentos pagos em 2008
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de fevereiro (art. 74 da lei nº 11.196/05)

Tabelas práticas				
Contribuições Previdenciárias (INSS)				
1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
de	até			
-	R\$ 868,29	8 %		8 %
R\$ 868,30	R\$ 1.447,14	9 %		9 %
R\$ 1.447,15	R\$ 2.894,28	11 %		11 %
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 911,70	8 %	12 %	20 %
R\$ 911,71	R\$ 1.519,50	9 %	12 %	21 %
R\$ 1.519,51	R\$ 3.038,99	11 %	12 %	23 %
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes (individual e facultativo), o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição				
4 – Salário mínimo				
Período		Valor		
maio/04 a abril/05		R\$ 260		
maio/05 a março/06		R\$ 300		
a partir de abril/06		R\$ 350		
a partir de março/08		R\$ 415		

5 – Salário-família		
Remuneração	Valor	
até R\$ 472,43	R\$ 24,23	
de R\$ 472,43 até R\$ 710,08	R\$ 17,07	
IR - Fonte e Carnê Leão (2008)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.434,59	-	isento
acima de R\$ 1.434,60 até R\$ 2.866,70	15 %	R\$ 215,19
acima de R\$ 2.866,70	27,5 %	R\$ 573,52

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 144,20 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.434,59 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares, assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

MERCADO GOVERN SOCIED



Crescimento do
Terceiro Setor
leva à busca
por alianças
intersectoriais e
uma atuação
mais abrangente

NO DADE

por Thaís Iannarelli

Desenvolvimento e profissionalização já fazem parte do dia-a-dia das organizações do Terceiro Setor e, em consequência disso, a tentativa de realizar ações que tragam resultados mais eficientes às atividades desenvolvidas é crescente. A resposta encontrada por muitos são as conhecidas alianças intersetoriais, que consistem basicamente em unir esforços dos três setores da sociedade em prol do mesmo objetivo.

Antes de tudo, é importante esclarecer quais são esses três setores e suas responsabilidades:

- **Primeiro Setor:** é o governo, ente com personalidade jurídica de direito público encarregado de funções essenciais, tais como legislar, fiscalizar, aplicar justiça, promover a segurança geral, entre outras.
- **Segundo Setor:** é o mercado, composto por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, encarregadas de produzir e comercializar bens e serviços. Seu objetivo é o lucro e o enriquecimento.
- **Terceiro Setor:** são as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, congregando aqueles que prestam serviços de interesse coletivo. Legalmente constituídas, são associações ou fundações.

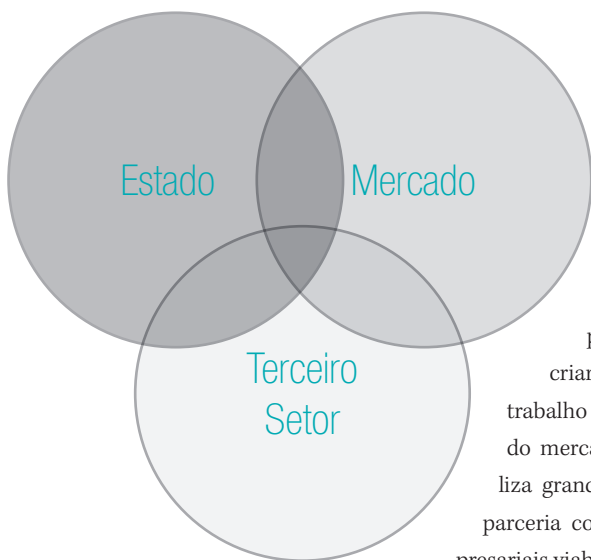
As parcerias entre governo, empresas privadas e organizações da sociedade civil são necessárias para atuar contra os sérios problemas sociais enfrentados não só no Brasil, mas no mundo. As alianças entre os setores beneficiam toda a sociedade, uma vez que potencializam os resultados das ações socialmente responsáveis. “Na verdade, as alianças ocorrem em razão de uma necessidade coletiva e da definição do papel de cada um dos setores. É a teoria do ‘ganha-ganha’, com governo administrando, mercado financiando e pessoas fazendo”, explica Tomás de Aquino Resende, procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio ao Terceiro Setor de Minas Gerais.

Outro benefício alcançado com a integração entre os setores é o intercâmbio. “É uma forma de trocar conhecimentos, recursos e dar escala para a multiplicação de projetos sociais. A reunião dos três setores com experiências e práticas distintas em nome de uma causa comum é capaz de gerar verdadeiras transformações sociais”, diz Maria Arlete Gonçalves, diretora de cultura do Oi Futuro, instituto de responsabilidade social da empresa de telefonia Oi.

Por que fazer alianças?

Os desafios atuais, sejam de ordem econômica, social ou ambiental, são muito complexos e, por isso, requerem mais profissionalização e força por parte daqueles que pretendem enfrentá-los. Assim, a articulação entre os segmentos da sociedade ganha vital importância. “As alianças podem ser feitas em qualquer área que demonstre demandas coletivas, mas a experiência tem mostrado que campos cruciais, como assistência social, saúde e educação, têm resultados de grande alcance em curto prazo”, conta Tomás. ▶





Iniciativas empresariais, que cresceram muito nos últimos dez anos, hoje se tornaram essenciais para a realização de projetos de organizações do Terceiro Setor. A Associação Mundaréu, organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) que trabalha para criar oportunidades de geração de trabalho e renda para pessoas excluídas do mercado formal, é um exemplo: realiza grande parte de suas atividades em parceria com empresas. “As parcerias empresariais viabilizaram nosso trabalho até hoje.

É uma relação de troca e aprendizado de ambas as partes, e os melhores resultados acontecem com empresas que têm abertura para penetrar na lógica da população beneficiária e nas alternativas que propomos”, conta Lizete Prata, presidente da associação. “No caso do nosso trabalho, de geração de trabalho e renda, percebo que o setor privado, hoje, tem maior compreensão do processo. Assim, conseguimos discutir ações e novos caminhos”, completa.

A Fundação Itaú Social é outro exemplo de como as alianças intersetoriais podem dar certo. A fundação investe no desenvolvimento, na sistematização e na disseminação de metodologias voltadas à elevação da qualidade do ensino público e à avaliação de projetos sociais. “Atuamos em todo o Brasil em parceria com as três esferas do governo – federal, estadual e municipal –, com o setor privado e com organizações da sociedade civil. Esse estabelecimento de alianças estratégicas agrega expectativas e olhares diversos, além de ser uma

maneira de garantir a perenidade das ações e ganhar escala, alcançando cada vez mais beneficiários”, diz Ana Beatriz Patrício, diretora da Fundação Itaú Social.

Para que esse estabelecimento de parcerias funcione efetivamente, as organizações sociais, principalmente, devem focar na profissionalização e na transparência das ações. De acordo com Tomáz, o fato que mais preocupa é a ausência de um marco legal definidor sobre a relação Estado – setor privado – Terceiro Setor. “Infelizmente, toda a legislação pertinente às organizações foi elaborada a partir do ponto de vista exclusivo de algum setor, ou seja, segundo os interesses deste. É necessário e urgente que se faça um amplo debate sobre a questão com a participação de todos os interessados”, completa.

O estudo *Alianças e Parcerias – Mapeamento das Publicações Brasileiras sobre Alianças e Parcerias entre Organizações da Sociedade Civil e Empresas*, feito pela Aliança Capoava, definiu os pré-requisitos para a formação de alianças e os seus objetivos.

Pré-requisitos para o sucesso das alianças intersetoriais:

- Encontrar, na empresa ou na fundação parceira, a pessoa certa para o diálogo;
- Garantir que a empresa conheça e dê valor ao trabalho da ONG;
- Compreender e lidar com as diferentes culturas institucionais;
- Salvar a própria identidade institucional;
- Ter flexibilidade e paciência;
- Ter visão de longo prazo na obtenção de resultados;
- Promover a comunicação em todos os níveis, entre parceiras e com o público em geral.

Objetivos da formação de alianças e parcerias:

- Superação de limites operacionais das organizações – somar competências;
- Encontrar um parceiro executor, abrir nichos de mercado e captar recursos;
- Ampliar ações de responsabilidade social;
- Articular parceiros que ajudem a construir referências que inspirem iniciativas similares;
- Promover o desenvolvimento social.

Cenário das alianças intersetoriais no Brasil

O crescimento do Terceiro Setor é evidente, e sua atuação tem cada vez mais influência na sustentabilidade do Estado. Gera emprego e renda, assim como o mercado,

Projeto desenvolvido pelo Oi Futuro para inclusão no mercado de trabalho



e trata de questões sociais e ambientais com tanta eficiência quanto o governo – ou mais. As alianças são imprescindíveis, já que o objetivo é o mesmo: atender às necessidades da sociedade e do meio ambiente.

“A questão catastrófica da fome no Brasil pode ser muito mais bem resolvida se o governo fizer regras de deduções de impostos, de incentivos fiscais e de divulgação de imagem para doadores para o programa Fome Zero, por exemplo. Isso traria grandes contribuições de empresas, se houvesse a segurança de que os recursos seriam destinados a projetos sérios, que usariam todo o recurso para a atividade fim”, diz Tomás. Um exemplo de atuação do Terceiro Setor em ações de encargo do Estado são as instituições educacionais mantidas por fundações e associações, que têm demonstrado a possibilidade de se oferecer um ensino de qualidade superior à do ensino público.

Dados mostram que, de fato, as alianças estão se tornando ferramenta importante na realização de projetos. De acordo com a pesquisa *Alianças Estratégicas Intersetoriais para Atuação Social*, realizada pelo Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor (Ceats), da Fundação Instituto de Administração (FIA – USP), entre 2001 e 2002, a existência de projetos em parceria foi verificada em 85% das empresas participantes. Em 80,2% desses casos, as alianças contam com a participação de organizações sociais; em 55,5% deles, são estabelecidas também com órgãos governamentais; e em 47,3% das vezes há a participação de outras empresas. Em relação às formas de atuação social das empresas pesquisadas, demonstrou-se que 15% agem somente com alianças; 37% delas atuam preponderantemente com alianças; 15%, somente pela empresa; e 33%, preponderantemente sem alianças.

De projeto social a política pública

O investimento social está evoluindo e se torna cada vez mais importante para a realização de ações sociais. Poder somar essa capacidade do setor privado à qualidade capilar do Estado, ou seja, ao seu poder de “espalhar” os benefícios, é enriquecedor para o setor social. Existem muitas experiências de projetos sociais apoiados ou criados por institutos corporativos que se tornaram políticas públicas reaplicáveis. A vantagem é que essas iniciativas se tornam políticas após terem sido avaliadas em menor escala, no próprio projeto.

O Oi Futuro, que atua em prol da educação e da cultura, tem como missão democratizar o acesso ao



Marcos Pinto

conhecimento incentivando a produção artística, valorizando a diversidade cultural brasileira e investindo na tecnologia de ponta para o desenvolvimento humano. Entre seus projetos, estão a Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia, que promove formação em linguagens multimídia para a inserção no mercado de trabalho e funciona por meio de parcerias com organizações não governamentais locais, e o Núcleo Avançado em Educação (Nave), em parceria com o governo do Estado do Rio de Janeiro, que inclui um centro de pesquisa e inovações e uma escola pública de alta tecnologia, além de espaço para seminários.

Para a diretora de cultura do instituto, só é possível contribuir efetivamente para o desenvolvimento social ao se formarem parcerias com o governo. “É importante formar parcerias com as secretarias estaduais e municipais, além da articulação federal, de maneira a alcançar escala. Em um país como o Brasil, a universalização se dá pelo Estado. A contribuição do Oi Futuro está em investir em pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e da comunicação, aplicá-las na rede pública de ensino, acompanhar, avaliar e sistematizar soluções que poderão ser disseminadas pelo governo”, explica Maria Arlete.

Tonomundo

Colocando isso em prática, um dos projetos do Oi Futuro, o programa Tonomundo, foi multiplicado sob a forma de política pública em escolas estaduais e municipais do Espírito Santo,

Nave, projeto do Oi Futuro em parceria com o governo do Estado do Rio de Janeiro

“As alianças ocorrem em razão de uma necessidade coletiva e da definição do papel de cada um dos setores. É a teoria do ‘ganha-ganha’, com governo governando, mercado financiando e pessoas fazendo”

Muitas
experiências
de projetos sociais se
tornaram políticas públicas
reaplicáveis. A vantagem é
que essas iniciativas se tornam
políticas após terem sido
avaliadas em menor escala,
no próprio projeto

Pernambuco, Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte e Pará. O Tonomundo utiliza a tecnologia associada à educação para formação continuada de professores que, por estarem em lugares mais distantes, não têm como se atualizar. “O Oi Futuro implantou diretamente o programa em 68 escolas públicas brasileiras e, em função das políticas firmadas, atualmente está presente em cerca de 600 escolas brasileiras. Atende a mais de 650 mil alunos e 7 mil professores no país. Em 2008, o programa chegou até escolas públicas de Maputo, capital de Moçambique”, conta Maria Arlete. Esse processo se deu a partir da assinatura de convênios com as secretarias municipais e estaduais de educação.

Governo federal lança sistema para gerenciar convênios

Organizações da sociedade civil e entidades municipais e estaduais que queiram firmar convênio com o governo federal devem se cadastrar pela internet no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses (Siconv). As propostas serão enviadas pela rede para gerar mais transparência aos convênios estabelecidos, permitindo um melhor controle e fiscalização de todas as etapas de execução dos projetos. A medida é retroativa e vale para os convênios firmados a partir de 30 de maio de 2008.

Para inserir as propostas no sistema, é necessário efetuar o credenciamento prévio, realizado no próprio site (basta clicar no item “Sistema de Convênios” e acessar o tópico “Credenciamento”). Depois disso, o usuário receberá um login e uma senha por e-mail.

Ao realizar essa primeira etapa, as instituições poderão se candidatar aos programas que aceitarem propostas de proponentes ainda não cadastrados, ou seja, somente credenciados. Para ter acesso a todas as oportunidades, é preciso se cadastrar no sistema. Esse procedimento consiste em apresentar os documentos referentes à qualificação jurídica, fiscal e previdenciária, bem como à capacidade técnica e operacional da organização. O cadastramento vale por um ano e é realizado pelo órgão ou entidade concedente ou nas unidades do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf). O próprio site fornece os endereços dessas unidades.

Após a aprovação da proposta, todos os outros procedimentos, como atos de alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e prestação de contas devem ser realizados via Siconv. A ferramenta disponibiliza aos órgãos concedentes, convenientes e de fiscalização e controle o gerenciamento de todos os convênios cadastrados, além de permitir que a sociedade monitore os procedimentos relativos aos convênios em tempo real. Em caso de dúvidas, há atendimento por telefone e e-mail.



www.convênios.gov.br



convênios@planejamento.gov.br



0800-978 2329

Assim, os projetos ganham ampliação e podem atingir um maior número de beneficiados.

Programa Escrevendo o Futuro

Outro programa adotado como política pública foi o Escrevendo o Futuro, iniciativa da Fundação Itaú Social. A abordagem ao domínio do idioma e à capacidade de expressão por meio da leitura e da escrita é o foco do programa, criado pela fundação em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), em 2002. “O objetivo é formar professores para que eles trabalhem de maneira cada vez mais profunda o estímulo à leitura e à produção de textos em sala de aula”, conta a diretora Ana Beatriz. Do programa, surgiu a Olimpíada de Língua Portuguesa, adotada pelo Ministério da Educação, da qual participam alunos e professores da 4ª e 5ª séries e 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 2º e 3º anos do ensino médio das escolas públicas brasileiras. O tema central é “O Lugar Onde Vivo”, desenvolvido em três gêneros: poesia, memórias e artigo de opinião. Depois, são selecionados os melhores textos e há uma premiação para os 15 finalistas.

“Em 2006, o ministro da Educação Fernando Haddad conheceu de perto o Prêmio Escrevendo o Futuro, que já contava com a participação de 15 mil escolas e 33.449 professores, e decidiu adotá-lo justamente por não se tratar apenas de uma competição. A parceria entre a fundação e o Ministério da Educação se concretizou em 2007, transformando o prêmio em política pública do governo federal. A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)”, conta Ana Beatriz. Em 2008, a olimpíada teve participação de 6 milhões de alunos e recebeu 202.280 inscrições de professores de 5.445 cidades, correspondentes a 98% dos municípios brasileiros.

Instrumentos de parcerias com o poder público

Existem três maneiras de formalizar uma parceria entre o poder público e organizações do Terceiro Setor:

- **Convênio:** utilizado para a execução descentralizada de qualquer programa de trabalho, projeto ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. No plano normativo há praticamente um único dispositivo legal que o regulamenta: o artigo 116 da lei nº 8666/93. O Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão define ‘convênio’ como um



acordo que disciplina a transferência de recursos financeiros da União para órgãos ou entidades públicas de qualquer espécie e entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programas de governo em áreas como saúde, educação, meio ambiente, obras públicas, entre outras.

- **Termo de parceria:** é voltado para o fomento e execução das atividades definidas como de interesse público pelo artigo 3 da lei nº 9790/99 e disciplinado pelo decreto 3100/99. Apenas as organizações que cumprirem os requisitos legais e forem qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) pelo Ministério da Justiça estão aptas a celebrar a parceria com o poder público.
- **Contrato de gestão:** tem como objetivo formar parcerias para o fomento de organizações que prestam serviços públicos não-exclusivos do Estado: ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde. É regulado pela lei nº 9637/98. Para firmar um contrato de gestão, a organização deve ter sido previamente qualificada como organização social (OS) pelo ministério correspondente.

O termo de parceria e o contrato de gestão possuem vantagens em relação ao convênio. A organização

parceira é obrigada a assumir deveres em relação à transparência, como tornar públicos os relatórios de atividades e demonstrações financeiras. Outro benefício é que há mais mecanismos de controle, sendo fiscalizados também pelo Conselho Fiscal da Oscip, passando por auditoria externa, por uma comissão de avaliação, pelo Conselho de Políticas Públicas da área envolvida e por toda a sociedade. O convênio, ao contrário, só é fiscalizado pelo poder público e pelo Tribunal de Contas.

* Dados retirados do site Consultor Jurídico (www.conjur.com.br)

Pelo bem do social

Ter um olhar integrado sobre os problemas sociais e ambientais que afetam o mundo é um grande passo para diminuir as diferenças. “Acredito que haja a necessidade de que todos flexibilizem suas posições e realizem uma certa afinação de conceitos. Além disso, idealmente, essas ações deveriam ser mais coordenadas em função da definição de prioridades sociais e ambientais. Assim, a articulação de várias intervenções dentro do mesmo território poderia causar mais impactos positivos”, afirma Lizete Prata.

Se cada setor cumprir o seu papel e aplicar sua *expertise*, ao trabalharem em conjunto e harmonia em favor da mesma causa, farão a diferença na transformação social. 

Premiação da Olimpíada de Língua Portuguesa, com a presença do presidente Lula e do ministro da Educação, Fernando Haddad

Links 

www.fundacaoitausocial.org.br
www.mundareu.org.br
www.oifuturo.org.br



Fernando Credidio

fernando.credidio@futurosustentavel.org.br
Pós-graduado em comunicação social com ênfase em marketing & propaganda, professor, palestrante, ensaísta e consultor em comunicação organizacional para o Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade social empresarial.

Um dos principais desafios do século 21 é tornar o desenvolvimento compatível com a conservação do meio ambiente e a manutenção de condições viáveis para as gerações futuras. Portanto, é necessário mobilizar diversos segmentos da sociedade em torno de um desafio comum: a busca pela sustentabilidade. Esse caminho é uma travessia longa, complexa e infundável, que exige um grau inédito de conscientização e colaboração planetária.

Consciência é algo muito relacionado a tempo. Indivíduo consciente é o que se entende como resultado de uma história e se compreende em função de um futuro, que ainda se realizará. O mesmo ocorre com a espécie, a humanidade e a civilização. Somos o resultado de muitas histórias. Portanto, temos um compromisso com o futuro, com as gerações por vir, com os nossos netos, com os filhos dos nossos netos e com o ambiente do qual fazemos parte, em um

horizonte-tempo de décadas, séculos, milênios... o tempo da natureza.

Conhecer e estudar o "inimigo" são os primeiros passos para enfrentar os problemas que afetam o planeta e a vida das pessoas. Os inimigos da sustentabilidade são ignorantes e não têm nenhum compromisso. Dessa forma, se não utilizarmos o conhecimento adquirido, estaremos em perigo. Temos de fazer o possível para mover o mundo adiante, multiplicando exemplos e estimulando a transformação de conhecimento em ação.

Nesse aspecto, a educação é a ferramenta mais importante da qual dispomos. Por isso, é essencial que as universidades se comprometam com as questões envolvendo a cidadania. Uma das maneiras de isso ser feito é por meio da inclusão do tema sustentabilidade em suas grades curriculares.

Alguns defendem a obrigatoriedade da inclusão de disciplinas focadas em sustentabilidade nos cursos

superiores. Entretanto, tal iniciativa, apesar de necessária, não é suficiente, porque não basta a inclusão de uma disciplina. É interessante a posição do professor Norman de Paula Arruda Filho, superintendente do Instituto Superior de Administração e Economia (Isae/FGV), quando afirma que tão importante quanto a inclusão de disciplinas que abordem a sustentabilidade é a necessidade de sensibilizar professores, coordenadores e alunos sobre essa nova visão, tornando-a um processo de aprendizagem.

Ademais, é fundamental formar uma geração que pense de maneira diferente, pois nos encontramos diante de um analfabetismo de líderes, pois muitos que estão no poder, hoje, pouco conhecem a respeito do tema. Prova dessa afirmação é que empresários renomados, com pós-graduação, MBA e outras titulações relevantes causam, constantemente, muitos desastres ao meio ambiente, fato comprovador de que os cursos universitários não garantem profissionais competentes para atuar com uma visão sustentável sobre a empresa.

Por isso é impossível continuar formando empresários e líderes no velho modelo. Os desafios de hoje exigem um novo tipo de formação. Portanto, além da educação que auxilia jovens a crescerem com o compromisso socioambiental, é necessário, igualmente, o desenvolvimento de programas que reeduquem empresários, para que estes tenham uma visão voltada para a busca de uma sociedade mais justa e sustentável.

Modelo a ser seguido

Como bem explicou Jane Nelson, diretora do Centro de Iniciativa para Responsabilidade Social Empresarial da Universidade de Harvard em recente entrevista, a prática da interdisciplinaridade não vem sendo efetivada, e muitas instituições optam por engessar a educação para a sustentabilidade em uma disciplina separada, quando ela deveria estar em todas. Essa questão é muito debatida entre educadores ambientais. Muitos são a favor da criação da disciplina, pois dessa forma ela seria ministrada por um professor responsável, teria uma grade temática a ser seguida. Na forma interdisciplinar, a educação corre o risco de não ser efetivada, pois, por ser de responsabilidade de todos, ao mesmo tempo, é de responsabilidade de ninguém.

Contudo, independentemente do modelo a ser adotado, é importante que o assunto seja discutido e

debatido incansavelmente, mas não apenas nas universidades. O tema sustentabilidade deve permear todo o nível de ensino, desde o mais básico até a pós-graduação, onde poderiam ser desenvolvidas pesquisas sobre o tema.

Naturalmente, os desafios são muitos, como, por exemplo, a preparação de professores que devem participar de atividades para sensibilizar os demais, bem como alunos e a própria direção das instituições, para a necessidade de uma mudança de postura em relação aos costumes e hábitos. Além disso, esses profissionais devem ter conhecimento e experiência comprovados na área. Por isso a educação ambiental não é uma tarefa fácil; todo educador deve mudar, passando a enxergar o mundo de forma diferente. Esse é o maior desafio que a educação ambiental tem pela frente.

Em se tratando do mercado de trabalho, as principais habilidades exigidas de um líder, hoje, é que este entenda e assuma os “4 Cs”, que são: compreensão, cidadania, comunidade e concorrência. Sendo assim, as universidades devem ser mais criativas, introduzindo essas questões como forma de aprendizado.

O fato é que o ensino da sustentabilidade promoverá uma inovação em processos e na criação de sistemas de trabalho mais responsáveis, ampliando o próprio papel das escolas ao associarem o tema, definitivamente, ao mundo dos negócios. É fundamental que isso ocorra, uma vez que sustentabilidade é a chave para a construção do futuro.

O que não se discute é que a educação para a sustentabilidade é fundamental para se alcançar uma sociedade justa e responsável. Portanto, é preciso que as instituições de ensino prestem atenção e debatam o tema cada vez mais, porque é impossível imaginar que o mundo vá “se consertar” sozinho.

É verdade que não há como mudar, nesse momento, o paradigma excludente e predatório de uso e abuso dos recursos naturais extremamente consumista que se apresenta. Ainda assim, por meio da educação para a sustentabilidade, podemos garantir que as gerações futuras possam agir reciclando comportamentos, a fim de solucionarem os problemas que assolam o planeta. Não é só uma questão de conscientização, mas de formação de cidadãos que pensem e ajam diferentemente. Cidadãos que saibam o que e como fazer, pois o ambiente depende de uma mobilização geral para o futuro. ♻️

A prática da interdisciplinaridade não vem sendo efetivada, e muitas instituições optam por engessar a educação para a sustentabilidade em uma disciplina separada, quando ela deveria estar em todas

Não há mais tempo a perder



André Trigueiro
Jornalista com pós-graduação em Gestão Ambiental pela COPPE/UFRJ, professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC/RJ, autor do livro *Mundo Sustentável - Abrindo Espaço na Mídia para um Planeta em transformação* (Editora Globo), coordenador editorial e um dos autores do livro *Meio Ambiente no século XXI*, (Editora Autores Associados).

Não há mais tempo a perder. Estamos todos juntos no mesmo barco e inúmeros indicadores apontam na mesma direção: se não dermos a devida resposta à ameaça que nos espreita, ficaremos marcados na História como a civilização que teve a competência de diagnosticar a maior de todas as tragédias ambientais sem que isso tenha justificado uma ampla mobilização da sociedade. Esta é a razão pela qual muitos estudiosos classificam o aumento do aquecimento global como um problema ético: sabemos que ele existe, nos reconhecemos como agentes do processo e, ainda assim, pouco ou nada fazemos no sentido de enfrentar a situação com a seriedade e o senso de urgência que o assunto requer.

É chegado o momento de reconhecer o inimigo para enfrentá-lo com consciência e determinação. Ele é invisível, não tem cheiro nem faz mal à saúde, mas quando aglomerado aos bilhões de toneladas na atmosfera por conta da queima progressiva de petróleo, gás natural e carvão (as queimadas no Brasil também entram na conta e, no caso específico da Amazônia,

a área verde que virou fumaça em 2005 equivale em tamanho a Israel), tem o poder de mudar o clima, o ciclo das chuvas, o nível dos oceanos e a expectativa de vida de inúmeras espécies e ecossistemas. Jamais experimentamos algo parecido numa escala de tempo tão curta.

O dióxido de carbono (CO₂) aparece no Tratado de Kyoto como o mais importante gás de efeito estufa, mas para que o acordo internacional saísse do papel foram definidos prazos e metas bastante modestos: uma redução média de 5% nas emissões de gases de efeito estufa dos países desenvolvidos entre 2008 e 2012 em relação às emissões destes mesmos países ocorridas em 1990, quando o mínimo necessário seria de 60% (ou mesmo 80%, como aponta o Relatório Stern, assinado pelo ex-Economista Chefe do Banco Mundial). Mesmo reconhecendo que a substituição dos combustíveis fósseis por outras fontes de energia deva acontecer de forma gradual, o ritmo das mudanças é extremamente lento. O mérito de Kyoto é dar início a um processo que, embora

já tenha produzido alguns resultados importantes, se arrasta em passo de tartaruga enquanto as mudanças climáticas vêm a galope.

Tão importante quanto o comprometimento dos países em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, principalmente de CO₂, são as iniciativas individuais.

O que cada um de nós está disposto a fazer nesse sentido? Que pequenas mudanças podemos aplicar em nossa rotina em favor desse objetivo maior? Mudança é uma palavra que assusta, e que muitos de nós associamos de imediato a sacrifício. Nem sempre é assim. Avalie o que lhe convém, considerando que cada tonelada a menos de carbono na atmosfera faz toda a diferença.

Vejam alguns exemplos do que é possível fazer hoje em benefício de um futuro menos traumático:

1. Transportes: Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, as maiores emissões de CO₂ têm origem nos automóveis. Sempre que possível, deixe o carro na garagem e privilegie o uso de transportes públicos. Estima-se que 80% de nossos deslocamentos diários se resolvam num raio de 5 km de distância, o que abre caminho para o uso de bicicletas ou pequenas caminhadas. Se o uso do carro for inevitável, prefira os modelos flex rodando a álcool, com motores sempre regulados, pneus calibrados e aceleração baixa.
2. Árvores: As espécies vegetais estocam carbono nas raízes, troncos, galhos e folhas. Quanto mais árvores plantarmos, mais carbono estaremos retirando da atmosfera. O inverso é rigorosamente verdadeiro: para cada árvore destruída haverá mais carbono agravando o aquecimento global.
3. Construções inteligentes: Luz e ventilação naturais demandam um consumo menor de energia. Certos

materiais usados no revestimento de casas e escritórios também ajudam a conservar a temperatura ambiente de modo agradável, sem a necessidade de ventiladores ou aparelhos de ar-condicionado.

4. Consumo: Um estilo de vida consumista acelera a exaustão dos recursos naturais. Todos os produtos demandam matéria-prima e energia para existir. Quem consome muito além do necessário agrava a pressão sobre os estoques de energia, com reflexos importantes sobre as emissões de CO₂. Apesar do que apregoam muitas campanhas publicitárias, é possível ser feliz com menos, bem menos do que aparece nos comerciais.
5. Neutralizando as emissões: A Copa do Mundo da Alemanha foi a primeira da História a neutralizar totalmente as emissões de gases estufa. Com precisão germânica, a organização do evento estimou a quantidade de CO₂ emitida pelos 3 milhões de visitantes e investiu em projetos que retiraram da atmosfera a mesma quantidade de gás estufa. Isso já está sendo feito no Brasil e no mundo em shows de música, lançamentos de livros ou CDs. Para muitos empresários, esse é um excelente filão de negócios na direção da responsabilidade social corporativa.

Seria ótimo se a responsabilidade de reduzir as emissões de CO₂ fosse apenas dos países. Mas estamos sendo convocados individualmente à ação enquanto consumidores, eleitores e habitantes de um país em desenvolvimento, categoria apontada pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU como bastante vulnerável às turbulências que vêm por aí. Podemos e devemos nos antecipar a isso. ♻️

Tão importante quanto o comprometimento dos países em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, principalmente de CO₂, são as iniciativas individuais

Link

www.mundosustentavel.com.br

CANTOCIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br





Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • Instituto HP • Fundação Diaconia



Crise mundial agrava os desafios do Terceiro Setor



Dora Sílvia Cunha Bueno

apf@apf.org.br

Presidente da Associação Paulista de Fundações (APF) e da Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf).

Os dados recentemente divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), de que a presente crise financeira global deve levar mais de 20 milhões de pessoas ao desemprego em todo o mundo, evidenciam um retrocesso no que diz respeito ao cumprimento dos Objetivos do Milênio, em especial quanto à redução substantiva dos índices de miséria até 2015. O número de desempregados, segundo estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), deve se elevar na maioria dos países, passando dos 190 milhões de indivíduos, em 2007, para 210 milhões, em 2009.

Essa informação soma-se à outra constatação recentemente tornada pública de que, mesmo antes da hecatombe financeira desencadeada pelo *crash* do *subprime* nos Estados Unidos, a disparidade de renda já havia aumentando em todo o planeta, inclusive no universo das pessoas empregadas. Nesse cenário, torna-se ainda mais significativa e necessária a atuação do Terceiro Setor, ou seja, a prática do bem comum pelo capital de origem privada e organizações da sociedade civil.

Considerada tal situação, é interessante observar estudo realizado pelo IBGE demonstrando que, em 2005, havia 338 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Elas empregavam 1,7 milhão de pessoas, com salários médios de R\$ 1.094,44. O tempo de existência dessas instituições era de aproximadamente 12,3 anos, e o Sudeste abrigava 42,4% delas. São instituições de pequeno porte, mas, juntas, realizam consistente trabalho. Contribuem para a inclusão social de milhares de brasileiros a partir de programas nas áreas da educação, iniciação profissional, saúde, esportes, cultura, alimentação, defesa dos direitos da cidadania e lazer.

Tal postura é crucial para se cumprir um pressuposto básico da democracia: a igualdade de oportunidades.

Mais do que nunca, a transparência é um fator condicionante ao sucesso das fundações em sua meta de contribuição para o desenvolvimento. Nesse caso, é importante frisar que a definição de transparência transcende aos inexoráveis conceitos da governança corporativa e boas práticas da gestão. Abrange, também, a visibilidade pública do trabalho daquelas organizações, de modo que estimula o engajamento de mais organismos civis e pessoas no indispensável esforço da sociedade em prol da redução da dívida social e avanço da melhoria da qualidade da vida, assim como da posição do Brasil no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido pela ONU.

É preciso disseminar a consciência de que o exercício da responsabilidade social contribui muito para a inclusão de milhares de brasileiros nos benefícios da economia e nas prerrogativas da cidadania. As fundações cumprem, portanto, expressivo papel, contribuindo para mitigar a exclusão. Trata-se de trabalho indispensável, não só no Brasil, mas em todo o mundo, considerando-se que o Estado não tem capacidade de equacionar sozinho todas as demandas inerentes às assimetrias sociais. Assim, a mobilização da iniciativa privada é imprescindível, principalmente nas nações em desenvolvimento e nos países emergentes, nos quais ainda persistem sérios gargalos no atendimento aos direitos básicos dos cidadãos.

Agora, no contexto de uma crise mundial de proporções ainda indefinidas, crescem sobremaneira os desafios do Terceiro Setor. O segmento terá papel crucial no sentido de evitar que o preço mais alto e injusto da irresponsabilidade dos especuladores seja pago exatamente pelos indivíduos e famílias menos favorecidos e mais frágeis da pirâmide demográfica.

Desvendando os Indicadores Ethos

Instrumento é útil para avaliar a gestão da responsabilidade social empresarial

Por Thaís Iannarelli

A importância de realizar ações de responsabilidade social empresarial é tema recorrente no cenário mundial atual. Índices internacionais, como o Sustainability Index, da Dow Jones, e normas certificáveis, como a SA 8000 e a AA1000, têm ganhado visibilidade e passaram a ser muito valorizadas pelas empresas. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) promoveu o Balanço Social, que é uma maneira reconhecida de expressar as atividades da empresa.

Essas ações mostram que atingir padrões de qualidade confiáveis já faz parte das prioridades do mundo corporativo, que tem um papel essencial na tentativa de diminuir as desigualdades sociais existentes. Para ajudar a disseminação da responsabilidade social no país e também para ser uma ferramenta de avaliação das empresas, o Instituto Ethos criou, em 2000, os Indicadores Ethos. Elaborados pela equipe do instituto e pelos consultores José Edson Bacellar e Paulo Zuffo com colaboração da Fundação Dom Cabral, Pact e outros, têm o objetivo de analisar o estágio em que se encontram as práticas de responsabilidade social nas companhias.

A iniciativa funciona de acordo com a adesão espontânea das empresas, que podem preencher o questionário on-line fornecido no site do instituto, com a segurança da confidencialidade às respostas. A avaliação serve de aprendizado no que se refere às práticas socialmente responsáveis, que podem ser inseridas no planejamento estratégico das corporações, justamente por ser de uso interno.

Auto-avaliação e aprendizagem

Uma das ferramentas disponibilizadas pelo Instituto Ethos é de uso totalmente interno e permite a análise do desempenho geral da empresa,

além do planejamento de estratégias de responsabilidade social. O questionário aborda os seguintes temas:

- **Valores, transparência e governança:** Esses itens têm como objetivo avaliar a postura transparente de uma corporação, que fortalece a legitimidade de suas atividades. A empresa precisa buscar o bem-estar da sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e trazer bom retorno para os investidores.

Este quesito é analisado por meio de seis conceitos: compromissos éticos; enraizamento na cultura organizacional; governança corporativa; relações com a concorrência; diálogo com partes interessadas (*stakeholders*); e balanço social.

- **Público Interno:** Para ser realmente responsável, a empresa não pode se limitar a respeitar os direitos dos trabalhadores; deve investir no desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários. Outra questão importante é respeitar as culturas locais e ter um relacionamento ético com as minorias e instituições que representam seus interesses.

Para a avaliação desse item, são analisados os seguintes conceitos: relações com sindicatos; relações com trabalhadores terceirizados; gestão participativa; compromisso com o futuro das crianças; compromisso com o desenvolvimento infantil; valorização da diversidade; compromisso com a equidade racial; compromisso com a equidade de gênero; política de remuneração, benefícios e carreira; cuidado com saúde, segurança e condições de trabalho; compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade; comportamento frente a demissões; e preparação para aposentadoria.

- **Meio ambiente:** É importante que a empresa colabore com a sustentabilidade da economia florestal,

2006 Valor (mil reais)

Valor (mil)	% sobre FFB	% sobre RL
100.372	5.571	3.13
65.053	4.75	0.00
3.139	0.00	0.00
0	0.00	0.00
0	7.25	4.77
4.792	0.06	0.04
38	0.30	0.20
196	0.00	0.00
0	0.00	0.25
250	0.38	0.06
46	0.07	0.00
0	0.00	0.87
869	1.32	9.30
9.332	14.13	2.04

2006 Valor (mil)

Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
2.050	36.80	0.00
0	0.00	0.02
18	0.32	0.00
0	0.00	0.00
0	0.00	23.29
23.373	419.35	25.35
25.441	456.67	0.00
0	0.00	25.35
25.441	456.67	0.00

2006 Valor (mil)

Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
0	0.00	0.00
0	0.00	0.00
0	0.00	0.00

Metas 2008

Metas 2008	% governo	% colaboradores(as)	% terceiros	% retido
0				
0				
48				
86				
267				
306				
25.00%				
279				
25.00%				
12				

Em 2006:

Em 2006	% governo	% colaboradores(as)	% terceiros	% retido
0				
0				
48				
86				
267				
306				
25.00%				
279				
25.00%				
12				

assegurando que não contribui com a exploração predatória e ilegal das florestas. Alguns materiais, como madeiras para construção civil e até óleos e ervas utilizados na fabricação de medicamentos, cosméticos e alimentos, devem ter a garantia de extração legal.

Este quesito pode ser avaliado pelos conceitos seguintes: compromisso com a melhoria da qualidade ambiental; educação e conscientização ambiental, gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços; e minimização de entradas e saídas de materiais.

- **Fornecedores:** O envolvimento com fornecedores e parceiros deve ser responsável, por meio do cumprimento de contratos estabelecidos e pelo trabalho de aprimoramento das relações de parceria. É necessário, também, atuar no desenvolvimento dos elos mais fracos e na valorização da livre concorrência.

Os itens analisados nesse quesito são baseados nos critérios de seleção e avaliação dos fornecedores; erradicação do trabalho infantil na cadeia produtiva; não existência de trabalho forçado na cadeia produtiva; e apoio ao desenvolvimento de fornecedores.

- **Consumidores e clientes:** Agir com responsabilidade social em relação aos clientes e consumidores exige investimento permanente no desenvolvimento de produtos e serviços que minimizem riscos de danos à saúde dos usuários. Por isso, informações adequadas devem estar nas embalagens, e o suporte ao cliente antes, durante e após o consumo também precisa ser assegurado.

Analisam-se aqui os seguintes itens: política de comunicação comercial; excelência do atendimento; e conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais dos produtos e serviços.

- **Comunidade:** A comunidade é essencial para o desenvolvimento dos negócios da empresa, porque fornece infra-estrutura e capital social representados por seus empregados e parceiros. A contrapartida deve vir por meio de investimentos em ações que tragam benefícios à comunidade.

As relações com a comunidade são analisadas pelos itens: gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno; relações com organizações locais; financiamento da ação social; e envolvimento com a ação social.

- **Governo e sociedade:** A empresa deve assumir o papel de formadora de cidadãos e, por isso, programas de conscientização para a cidadania para seu

Passos para preencher o questionário dos Indicadores Ethos:

1. Acesse o site <http://indicadores.ethos.org.br>;
2. Na tela inicial, clique em "Cadastrar novo usuário". Informe os dados do usuário responsável pelo preenchimento dos Indicadores e crie a senha de acesso;
3. Ao acessar o sistema, o questionário estará disponível por meio do item de menu "Página Inicial". A cada indicador respondido, as respostas ficam gravadas; por isso, não é preciso responder tudo de uma só vez. Para verificar o percentual respondido e quais temas ficaram incompletos, clique em "Resumo";
4. Após preencher todo o questionário, clique em "Liberar Respostas";
5. Os Relatórios de Diagnóstico de Responsabilidade Social Empresarial estarão disponíveis em PDF em sua área restrita no dia seguinte ao envio.

público interno e comunidade são boas iniciativas, assim como discussões sobre temas como participação popular e corrupção.

Para medir esse tipo de atividade, os conceitos avaliados são: contribuições para campanhas políticas; construção da cidadania pelas empresas; práticas anticorrupção e antipropina; liderança e influência social; e participação em projetos sociais governamentais.

Autodiagnóstico Setorial

Já é possível realizar diagnósticos mais aprofundados de cada setor: o Ethos desenvolveu também os Indicadores Ethos Setoriais de Responsabilidade Social Empresarial. Eles são complementares aos indicadores gerais e possibilitam à empresa avaliar desafios típicos de sua área de atuação.

Já são contemplados com indicadores próprios as empresas do setor financeiro, de mineração, papel e celulose, construção civil, transporte de passageiros terrestres, petróleo e gás, panificação, restaurante e bar, varejo e jornais. A elaboração dos questionários foi baseada na consulta a diretrizes internacionais e profissionais dos setores envolvidos.

Comparabilidade e Confidencialidade

Para comparar seus resultados com as melhores práticas de responsabilidade social empresarial, as empresas podem enviar seus resultados ao Instituto Ethos. Os dados fornecidos pelas empresas e os relatórios de *benchmarking* elaborados são tratados com a máxima confidencialidade. 

Links 

<http://indicadores.ethos.org.br>
www.ethos.org.br

e-mail 

indicadores@ethos.org.br

Obama, Crise e Sustentabilidade Empresarial

O destino da responsabilidade social corporativa diante das crises econômica e ambiental



Eduardo Magalhães

magaedu@bol.com.br

Sociólogo, ensaísta, professor e consultor para o Terceiro Setor e empresas na área de responsabilidade social. Membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de projetos da Building and Wood Workers' International.

A busca do lucro a qualquer custo e em curto prazo, somada ao desenfreamento consumista, é uma das causas, senão a principal, das atuais crises financeira e ambiental.

A venda e o financiamento sem critérios rigorosos nos Estados Unidos criaram a situação de inadimplência generalizada que derrubou as empresas imobiliárias e bancárias, provocando efeito dominó em toda a economia norte-americana, inclusive com fortes impactos em todo o planeta.

Esse comportamento do lucro fácil e irresponsável também gera o desastre ambiental, cuja intensidade e seriedade já estão razoavelmente difundidas. É importante ressaltar que crises econômicas, por piores que sejam, teoricamente podem ser contornadas. As ambientais, dependendo do seu estágio, são irreversíveis.

Demonstra-nos a realidade que uma postura descontrolada e desregulamentada por parte do mundo empresarial está levando a sociedade ao caos ambiental, social e econômico. Com ênfase no econômico: o comportamento que aparentemente era lucrativo em curto prazo evidenciou-se economicamente catastrófico, vide as concordatas de grupos extremamente poderosos e falências evitadas somente com bilhões de dóla-

res do Estado. O lucro virou prejuízo; a ilusão de solidez desmanchou-se no ar.

Assim, faz-se urgente a execução de um novo sistema, um sistema sustentável. Essa é a idéia da responsabilidade socioambiental corporativa (RSC). Sem rodeios: ou o empreendedorismo predatório tem o seu fim posto ou o nosso fim será posto por ele.

A possibilidade de um novo ciclo com Obama

Barack Obama, novo presidente dos Estados Unidos, traz uma esperança de mudança a um padrão de conciliação entre os três aspectos da sustentabilidade, na medida em que chefiará a nação-referência do comportamento empresarial mundial. Os Estados Unidos, com seu poder de articulação, podem priorizar o tema da sustentabilidade na agenda internacional da mesma forma que "os Bush, pai e filho", priorizaram a intolerância, a guerra e o padrão de desenvolvimento econômico proveniente da Revolução Industrial e do financismo, há muito já esgotados.

Se desejarem, os Estados Unidos podem liderar o grupo de 30 países centrais e semiperiféricos que, juntos, são responsáveis por 80% das emissões dos gases

do efeito estufa, ou prosseguir na prática e difusão do insustentável “American way of life”.

As declarações já feitas por Barack Obama de retirada das tropas do Iraque, estabelecimento de diálogo com Cuba em relação ao bloqueio econômico e incentivo às energias renováveis para a criação de empregos nos levam a deduzir o estabelecimento de uma nova filosofia internacional.

A crise pode relegar a responsabilidade social corporativa a segundo plano?

Em primeiro lugar, é importante salientar que a RSC ainda não é a marca do empresariado em nenhum lugar do mundo. As organizações, cujo vértice é a sustentabilidade, são minoria, apesar de a tendência ser o aumento dessa conscientização.

Mesmo assim, há o temor de que a atual crise financeira possa provocar um recrudescimento da importância da RSC por parte do empresariado. Se isso ocorrer, será um grande erro, pois a crise financeira é justamente o reflexo desse comportamento irresponsável. Sendo assim, cada vez mais o modelo da RSC torna-se vital para o desenvolvimento, e até mesmo para a sobrevivência das empresas. As corporações devem entender que somente uma estratégia baseada no respeito ambiental e na inclusão social de todos os *stakeholders* pode levar ao lucro e à existência em longo prazo.

Segundo Aron Cramer, presidente da Business Social Responsibility, na crise, o primeiro motivo para a mudança é a própria crise, pois a confiança das empresas diminui e é muito ruim para qualquer negócio ter a sua imagem prejudicada.

Ainda como justificativa para a adoção da RSC, temos a chamada economia verde, que representa um novíssimo “filão” no mundo dos negócios: energias renováveis, mercado de crédito de carbono, reciclagem, ecoeficiência, consumo de água e *commodities* são algumas das principais áreas desse promissor setor.

Outra indicação de futuro da RSC para os empresários está nos dados divulgados pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, que prevê a geração de pelo menos 20 milhões de “empregos verdes” até 2030. Serão vagas para designers, engenheiros, arquitetos, pesquisadores, agricultores, auditores e todas as outras profissões necessárias para uma economia de baixo carbono.

Para os empreendedores iniciantes no exercício da sustentabilidade em seus respectivos negócios, em um

primeiro momento, as empresas podem ganhar com a eficiência energética, economizando recursos em suas operações produtivas e administrativas. Esse pode ser o primeiro passo para que a corporação se conscientize da importância da responsabilidade ambiental.

A responsabilidade social, por exemplo, está no fato de a organização criar ambientes externo e interno mais propícios ao seu negócio por meio da educação. Funcionários com baixa escolaridade não são sinônimo de produtividade e eficiência, pois isso não acarreta satisfação para os próprios empregados e suas famílias. Da mesma forma, baixos salários, condições de trabalho sem saúde e segurança e uma comunidade do entorno mergulhada na miséria criam um ambiente totalmente antilucrativo. Parecem obviedades, e o são, mas infelizmente ainda não constituem modelos de atuação para a maioria das corporações.

Oportunidade para a ampliação da sustentabilidade

Um dos mais importantes pensadores italianos, Antonio Gramsci, disse que a crise ocorre quando o velho já morreu e o novo ainda não conseguiu nascer. É exatamente o que vivemos hoje. A matriz de produção e a gestão hegemônica não servem mais para a continuidade da humanidade, e o novo marco da trílice responsabilidade ambiental, social e econômica ainda não conseguiu tornar-se dominante.

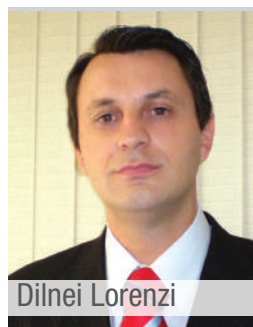
Segundo o CEO da General Electric, Jeffrey Immelt, a crise econômica reorganizará, em curto prazo, as noções de poder e riqueza dos países. Para ele, quem não entender o atual momento de reorganização “emocional, social e econômica” terá graves dificuldades com seus negócios no futuro. Conforme o executivo, a lucratividade e a competitividade são uma “dedicação em longo prazo” em que “o passo número um é a lucratividade”, com uma estratégia cuja responsabilidade social “não é um tema para ser discutido nos quinze minutos do fim do dia”.

O momento de crise coloca à prova a capacidade de toda a sociedade – cidadãos, governos e, em especial, as lideranças empresariais – de conseguir efetivar essa transição. Com o objetivo de contribuir com essa meta, temos o dever de buscar, em nossos respectivos campos de atuação, a prática correta entre produção material, gestão das relações, saúde e qualidade de vida.

As corporações devem usar a criatividade, copiando e melhorando os bons exemplos existentes em todos os níveis, no Brasil e no mundo. Basta querer. 

As corporações devem entender que somente uma estratégia baseada em respeito ambiental e inclusão social de todos os *stakeholders* pode levar ao lucro e à existência no longo prazo

A responsabilidade social do estadista com o futuro



Dilnei Lorenzi

dlorenzi@anec.org.br

É certo que a sociedade contemporânea passa por transformações profundas no que diz respeito à participação da comunidade civil nas decisões governamentais. As atividades vinculadas ao chamado Terceiro Setor se desenvolvem de maneira marcante nas sociedades bem estruturadas, do ponto de vista político, atuando na base das preocupações de seus governos: educação, saúde, assistência social, proteção ao meio ambiente, entre outros. Essas organizações têm conseguido resultados eficientes, com baixo custo e atendimento direto aos problemas localizados.

No Brasil, ainda não percebemos (ou não conseguimos entender) os aspectos frutíferos que essas instituições que constituem o Terceiro Setor podem trazer para a sociedade. A idéia de responsabilidade social, hoje divulgada como marketing pelas grandes empresas, já era praticada há muito tempo em nosso meio. A Igreja foi a primeira a desenvolver atividades com caráter benéfico nas áreas da educação, assistência social e saúde. A dimensão filantrópica contribui decisivamente para a consolidação do ambiente social que existe hoje, pois a limitada presença do Estado fez surgir um movimento que suprisse as carências latentes da população com forças próprias.

É fato que muito antes que o Estado se preocupasse com sua presença no atendimento à população, várias entidades já contribuíam significativamente para a formação do bem-estar social – tanto que o próprio Estado reconheceu o papel de tais instituições. Sabe-se que a atuação estatal é ineficiente, dadas as condições precárias em que se encontram as áreas de sua exclusiva responsabilidade. Isso não possibilita o desenvolvimento integral dos cidadãos e o funcionamento da sociedade como um todo dinâmico e interdependente, inserido em um processo histórico, que procura deliberadamente criar as condições necessárias para o desabrochar pleno das potencialidades da natureza humana.

No entanto, parece que os atuais responsáveis pela condução do Estado resolveram esquecer, ou desconhecem, a história e o árduo caminho que trilham as instituições no Brasil. Querem degradar direitos adquiridos, afrontando a constituição com um desejo voraz de arrecadar tributos, pouco se importando com aqueles que contribuem de fato com a ampliação dos direitos mínimos que permitem a dignidade humana.

A trajetória que se observa nas mais diversificadas sociedades consiste em um apelo especial para atividades que valorizam a participação da sociedade civil organizada. Qual seria a verdadeira intenção dos responsáveis pelo governo atual com a cruzada contra as organizações sociais, visto que as decisões tomadas como política incidem de forma direta no futuro do país?

É importante lembrar a preocupação que o legislador e o estadista devem ter com o bem da comunidade. As teorias políticas antigas pouco dizem sobre o aspecto temporal que aqui interessa. Pode-se aprender algo nos louvores aos grandes legisladores, como Sólon e Licurgo, ou na censura a um estadista como Péricles. Sem dúvida, louva-se o legislador também pela durabilidade de sua criação, mas não por planejar previamente algo que só deve se tornar realidade para os pósteros e é inalcançável pelos contemporâneos.

A previsão do estadista consiste na sabedoria e moderação devotadas por ele ao presente: esse presente não se destina a um futuro de outra espécie, mas, na hipótese mais favorável, a um futuro que se mantenha igual a ele. A duração é um efeito secundário do bem atual, válido para sempre. A ação política possui um intervalo de tempo de ação e de responsabilidade maior do que aquele da ação privada, mas, na concepção pré-moderna, a sua ética não é nada mais do que uma ética do presente, embora aplicada a uma forma de vida de duração mais longa. 

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade





Integrante da Cooperativa Mista de Marisqueiros, Pescadores e Aquicultores do Baixo Sul da Bahia (Coopemar)

Natureza e sociedade em harmonia

Fundação Odebrecht atua com o objetivo de promover a sustentabilidade e a capacitação profissional

Por Thaís Iannarelli

A busca pela inclusão social e preservação do meio ambiente fazem parte do dia-a-dia da Fundação Odebrecht. Criada em 1965, a instituição privada sem fins lucrativos é mantida pela Organização Odebrecht e tem como missão promover a educação de jovens para a vida e o trabalho, visando à sua formação como cidadãos responsáveis, conscientes, participativos e solidários. “Acreditamos que estamos ajudando a formar uma nova classe média rural estruturada para a vida produtiva, educada e saudável, e também contribuindo para a realização pessoal e profissional de jovens nos lugares onde nasceram e querem viver”, explica Maurício Medeiros, presidente executivo da fundação.

A atuação principal da fundação se concentra na região do Baixo Sul da Bahia, com foco na Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratigi. “Desde 2003, a Fundação Odebrecht apoia o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável dessa região, beneficiando as comunidades de 11 municípios”, conta Maurício.

Segundo ele, a estratégia de ação do programa encontra inspiração na própria natureza. “Funciona como as partes de um único ecossistema: o capital humano, que se refere à educação de qualidade adaptada à realidade do campo; o ambiental, com a utilização racional dos recursos naturais; o produtivo, com a geração de trabalho digno e justa distribuição de renda por meio da implantação de cadeias produtivas; e o social, garantindo o acesso à justiça e aos direitos básicos. Esses itens são fomentados de forma concomitante, sinérgica e interdependente, tendo como referência os Oito Objetivos do Milênio e a Carta da Terra”.

Outro objetivo da fundação é consolidar um modelo de desenvolvimento integrado e sustentável para áreas de proteção ambiental. “É importante que esse modelo seja passível de replicação em outros contextos e tenha potencial para se tornar política pública no Brasil”, diz Maurício.

Responsabilidade social

O comprometimento com a qualidade e a produtividade sempre figuraram na pauta da empresa. “A organização cumpre a responsabilidade social ao apoiar

projetos necessários às comunidades, gerar recursos para o Estado, criar oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal e dividir os resultados com seus integrantes e acionistas”, conta Maurício.

Em 2007, a empresa Odebrecht investiu R\$ 41,1 milhões em 47 projetos culturais, 176 projetos sociais e 30 projetos ambientais. O trabalho realizado pela fundação, entretanto, não está ligado a nenhuma obra da construtora. Segundo Maurício, “a nossa contribuição é extra e tem como meta contribuir com uma causa”.

Projetos desenvolvidos

Ao todo, são 13 Oscips (organizações da sociedade civil de interesse público) e cooperativas ligadas ao Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia. Para formar essa integração, leva-se em conta o capital produtivo, social, humano e ambiental, abordados em diferentes projetos do Baixo Sul da Bahia:

- **Capital produtivo:** quatro cadeias produtivas levam oportunidades de trabalho e renda digna até as comunidades dos 11 municípios do Baixo Sul – mandioca, aquicultura, palmito e piaçava;
- **Capital humano:** o objetivo é levar educação de qualidade para os jovens da região por meio de quatro casas familiares: Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, Casa Familiar do Mar de Cairu, Casa Familiar Agroflorestal de Nilo Peçanha e Casa Familiar Rural de Igrapiúna. Essas unidades funcionam com uma metodologia chamada Pedagogia da Alternância, pela qual os jovens passam uma semana em regime de internato, com aulas na sala e no campo, e duas semanas em suas propriedades, aplicando seus novos conhecimentos sob o acompanhamento de monitores especializados.

Outra iniciativa é a Casa Jovem, em Igrapiúna, que se propõe a promover a educação de qualidade no campo por meio da capacitação de professores de estabelecimentos públicos de ensino e do desenvolvimento de uma tecnologia educacional orientada para o trabalho rural.

- **Capital ambiental:** a Organização de Conservação de Terras (OCT) tem a missão de promover a conservação do solo, da flora, da fauna e dos recursos hídricos do Baixo Sul por meio de projetos sustentáveis e inclusivos. Atualmente, concentra esforços nas articulações de políticas públicas e na mobilização de recursos. Já a Associação Guardiã da APA do Pratigi (Agir), representativa da APA e suas comunidades, é o instrumento de integração social

entre as comunidades da região, ou seja, o espaço para compartilhamento de valores e identificação de objetivos;

- **Capital social:** o Instituto Direito e Cidadania (IDC) fomenta o capital social ao contribuir para o desenvolvimento da cidadania por meio da democratização do acesso à justiça e da educação. Trabalha também para a conscientização da comunidade e para a disseminação da democracia participativa mediante a educação para a cidadania, a estruturação e o fortalecimento das organizações sociais.

Parcerias

A Fundação Odebrecht atua diretamente com parcerias com instituições locais, facilitando seu acesso a grandes empresas e organizações. “Anualmente, é elaborado um programa de ação por instituição apoiada, no qual resultados, orçamentos e prazos são pactuados e acompanhados mensalmente por meio de relatórios”, explica Maurício. “Nesse processo, nossa participação é constante, permitindo a transferência de tecnologia empresarial para profissionalizar as organizações de base sem, no entanto, ferir a cultura e a identidade das comunidades”, complementa.

No lugar de ações assistencialistas, é praticado o investimento social privado, ou seja, o repasse de recursos é feito de maneira sistemática e monitorada. “Esse tipo de apoio permitiu, por exemplo, que, em 2006, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aportasse US\$ 1,1 milhão no programa, reconhecendo internacionalmente seu impacto positivo, a consistência dos resultados já obtidos e seu potencial de reaplicação”.

Em 2007, a Organização das Nações Unidas também se tornou parceira da iniciativa após identificar que a proposta do Baixo Sul da Bahia convergia com os Oito Objetivos do Milênio.

Metas para o futuro

A Fundação Odebrecht pretende aprimorar seus trabalhos daqui para frente. De acordo com Maurício Medeiros, o sonho é que a fundação seja referência em ações sociais, transferindo o aprendizado já adquirido.

“Temos três metas básicas: formar jovens lideranças locais que possam assumir projetos em andamento no Baixo Sul; fortalecer as cadeias produtivas, alcançando a auto-sustentabilidade e buscando a certificação dos produtos; e, por fim, consolidar e sistematizar um modelo de manejo sustentável de APAs passível de replicação em outros contextos, com potencial para se tornar política pública no Brasil.”

“Desde 2003, a Fundação Odebrecht apoia o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da região do Baixo Sul da Bahia, beneficiando as comunidades de 11 municípios”

Maurício Medeiros

Modelos de cidadania corporativa

Pesquisa revela opinião dos consumidores sobre atuação das companhias em sustentabilidade

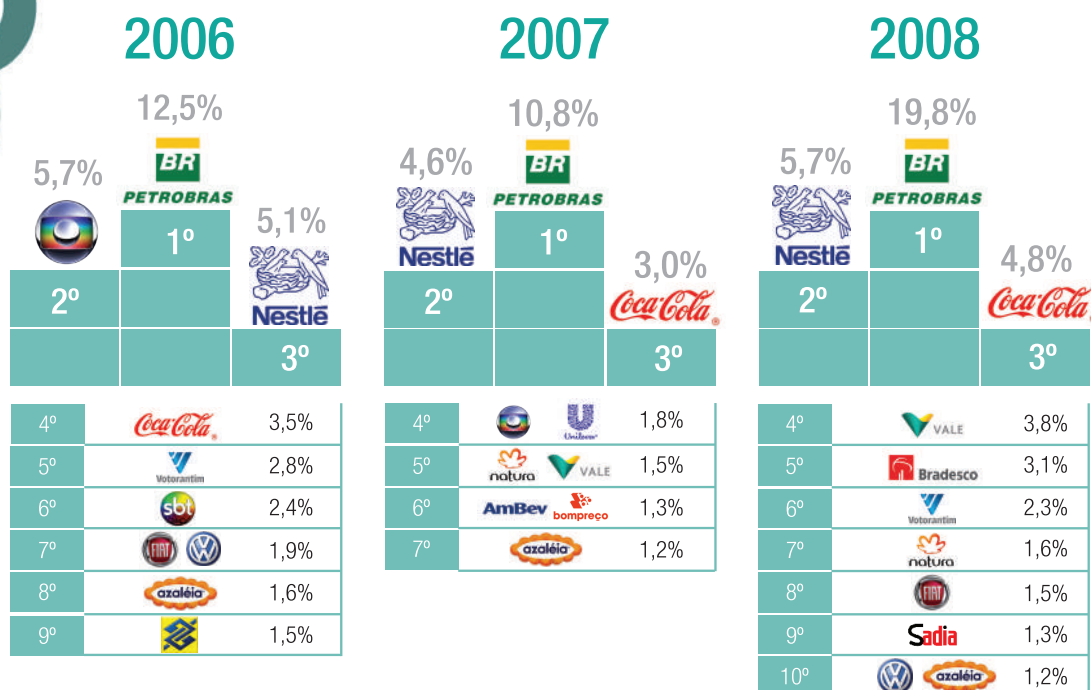
A responsabilidade social e ambiental tem nome e sobrenome? Após passar anos sendo considerado um conceito abstrato demais para o consumidor médio interpretar seu significado, surgem claras evidências de que, hoje, a cidadania corporativa conta com uma opinião bastante firme do público brasileiro sobre o que ela representa. E não só em termos de empresas que são exemplo nesse quesito, mas, também, na identificação de corporações que se colocam nas antípodas, como antimodelos de sustentabilidade.

Segundo o estudo anual *Monitor de Responsabilidade Social Corporativa*, realizado pela Market Analysis, instituto de pesquisa de mercado e

opinião pública especializado no assunto, quatro das dez empresas líderes na área têm sido sistematicamente mencionadas como modelos de cidadania corporativa ao longo dos últimos três anos.

São elas: Petrobras, Nestlé, Coca-Cola e Azaléia – sendo que as três primeiras são as campeãs da responsabilidade social ao ocupar as primeiras posições do *ranking*. Além disso, as outras corporações que completam a lista das dez melhores (em alguns casos, mais de uma empresa compartilha uma dessas posições de destaque) incluem empresas que apareceram pelo menos em dois dos três anos avaliados. É o caso da Votorantim, Rede Globo, Natura, Vale do Rio Doce, Fiat e Volkswagen.

Ranking dos modelos de cidadania corporativa



Monitor de Responsabilidade Social Corporativa, Market Analysis

E quem são as empresas tidas como exemplos contrários à sustentabilidade?

Novamente pode se identificar com nome e sobrenome as corporações que deixam a desejar no âmbito das ações socioambientais. Operadoras de telefonia, como a Telemar e a Telefônica; empresas tabagistas, como a Souza Cruz; grandes marcas de alimentos e refrigerantes, como o McDonalds e a Coca-Cola; fornecedoras de serviços públicos, como Cedae e Light; produtoras de energia, como a Petrobras; e companhias mineradoras, como a Vale do Rio Doce, fazem parte do universo criticado por suas ações ou omissões na área de sustentabilidade social e ambiental em pelo menos dois dos últimos três anos.

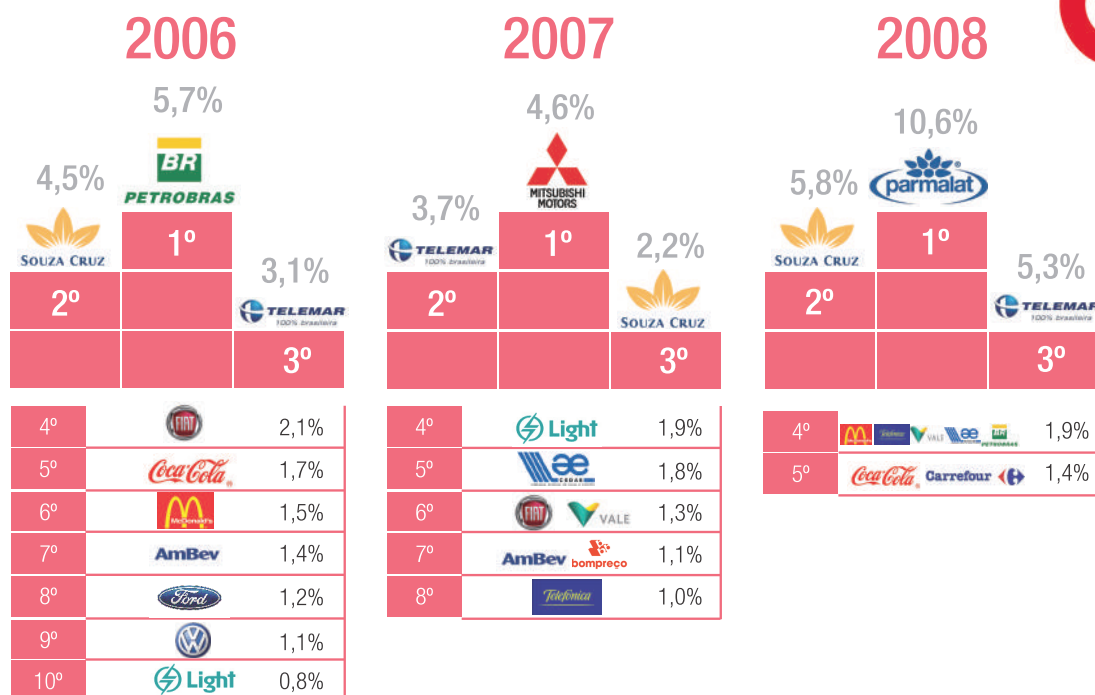
Os dados de 2008 trazem uma nova mudança na liderança das empresas consideradas antitempo (a Parmalat ocupa o primeiro lugar, posição anteriormente ocupada pela Mitsubishi, em 2007, e pela Petrobras, em 2006). Neste ano também se repete a menção entre as piores corporações que figuram no *ranking* de exemplos de sustentabilidade, como é o caso da Petrobras e

da Vale do Rio Doce. Essa duplicidade precisa ser lida como reflexão de uma tensão implícita aos desafios de responsabilidade social. Ela revela tanto a aceitação dos investimentos massivos em ações sociais e de marketing, tidos como muito relevantes por alguns consumidores, como também a percepção crítica de outros consumidores sobre a natureza intrinsecamente questionável dos negócios dessas empresas, ligada à poluição e à deterioração do meio ambiente.

A constante mudança na primeira posição do *ranking* negativo indica o papel da mídia no processo formador de opiniões e da popularização de situações que supõem uma violação do comportamento social e ambiental responsável. Mas, tão importante quanto isso, os dados apontam para um consumidor atento que reage rapidamente às ações ou omissões das empresas.

Essa atenção promete dificultar a vida das corporações que buscam fazer da responsabilidade social e ambiental apenas um investimento em marketing institucional e posicionamento na conjuntura. Promessas não preenchidas serão cobradas pela mídia e pelos consumidores, assim como contradições nos discursos e nas ações. 

Ranking dos exemplos contrários à sustentabilidade



Edital para o Fundo Brasil de Direitos Humanos

O Fundo Brasil de Direitos Humanos lançou um edital para apoiar novos projetos em 2009. O foco será o combate à discriminação e à violência institucional, ou seja, qualquer forma de violação a direitos humanos promovida por instituições oficiais, suas delegações ou empresas. Os custos dos projetos que tentarem o apoio devem ser de, no mínimo, R\$ 10 mil e, no máximo, R\$ 25 mil. O edital e o formulário para preenchimento estão disponíveis no site do Fundo Brasil de Direitos Humanos, e as propostas devem ser enviadas pelo correio até 23 de março. Desde 2007, o Fundo disponibiliza recursos para organizações da sociedade civil, preferencialmente aquelas com menor acesso às fontes tradicionais de financiamento.

 www.fundodireitoshumanos.org.br

Fundo Canadá

O Fundo Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, recebe propostas de projetos a serem apoiados durante o ano inteiro. O foco do apoio é voltado a ações de fortalecimento da cidadania de crianças e adolescentes, direitos humanos (prioritariamente mulheres e crianças), saúde, educação, governança e desenvolvimento democrático. Custos como salários, despesas administrativas e aquisição de veículos não são financiados pelo Fundo. Pedidos de todo o país são atendidos, mas são privilegiados projetos das regiões Norte e Nordeste e da periferia de grandes cidades. O guia para apresentação das propostas está disponível no site.

 www.canadainternational.gc.ca/brazil
 (61) 3253-7958

Seleção de projetos sociais

O Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (Imama) está com as inscrições abertas para organizações do Estado que tenham interesse em desenvolver projetos relacionados ao tema Mulher, Família e Cidadania. A seleção integra a Rede de Parceria Social (RPS), modelo de parceria idealizado pela Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul. Assim, empresas privadas cadastradas financiam os projetos selecionados. As ações devem ser voltadas para a geração de trabalho e renda, economia solidária, cooperativismo, planejamento familiar e empoderamento da família para erradicação do trabalho infantil, assim como sensibilização sobre cidadania, direitos humanos, segurança alimentar, saúde e soluções em rede para problemas locais. A data final para envio das propostas é 30 de janeiro.

 www.imama.org.br

Mapeamento de iniciativas sociais

Produzido pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), idealizado pela aliança de responsabilidade social corporativa promovida entre empresas americanas e coordenado pela Embaixada dos Estados Unidos em conjunto com a Agência dos EUA para Desenvolvimento Internacional (USAid), o relatório *Investimento Social Privado no Brasil – Uma análise de empresas do Grupo + Unidos* traz um mapeamento de iniciativas sociais. O estudo oferece a empresas americanas atuantes no Brasil uma visão de oportunidades e desafios relativos à implementação de atividades de desenvolvimento social por meio de parcerias público-privadas. O relatório pode ser baixado no site da Embaixada Americana.

 <http://www.embaixadaamericana.org.br/pdfs/csrreport.pdf>

Radar

Surdocegueira – empírica e científica

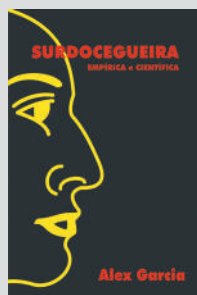
A obra *Surdocegueira – empírica e científica* (150 págs., R\$ 25, impresso e audiolivro – para aquisição dos dois formatos, R\$ 40), de Alex Garcia, é a primeira editada no Brasil por uma pessoa surdocega. O autor, que possui uma rara síndrome cujas características incluem a surdocegueira, partiu de dados empíricos baseados na sua própria experiência e procurou abordar o tema com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a inclusão social. Destinada a pessoas com e sem deficiência, a publicação está disponível no formato impresso e também como audiolivro, e deve ser encomendada por e-mail.

 contato@agapasm.com.br

Eficácia no Terceiro Setor

A publicação *Eficácia no Terceiro Setor – 40 anos da Ação Comunitária* (196 págs., R\$ 44) foi escrita por um grupo de educadores e traz conteúdos institucionais e técnicos sobre os programas socioeducativos criados pela Ação Comunitária. O objetivo é inspirar outras pessoas com a iniciativa direcionada à mudança na qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens que vivem com em regiões carentes de São Paulo. A Ação Comunitária atua como intermediária entre a sociedade e a população beneficiária de seus programas

 www.saintpaul.com.br



Envelhecimento e dependência

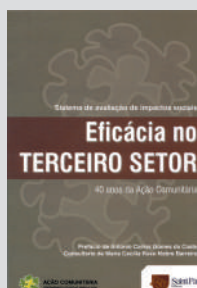
Publicado na série Estudos do Ministério da Previdência Social, o trabalho *Envelhecimento e Dependência: Desafios para a Organização da Proteção Social* (160 págs., download gratuito) foi realizado por quatro pesquisadoras do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O intuito é apresentar uma análise comparativa de proteção para idosos dependentes em sete países (Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Japão, Reino Unido e Suécia) e também mostrar dados do Brasil. Os números mostram, por exemplo, que a população brasileira envelhece rapidamente e que, em 2040, 55.555.895 pessoas terão mais de 60 anos.

 www.ipea.gov.br

Educar para a sustentabilidade

Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável é uma publicação de Moacir Gadotti (130 págs., R\$ 15) que aborda a necessidade de elevar o potencial educativo, ainda não suficientemente explorado, em prol do equilíbrio dinâmico com o próximo e com o meio ambiente. A obra pretende mostrar a busca pela sustentabilidade por meio da educação que leve a outro mundo possível – um educar para a paz, para os direitos humanos, para a justiça social e para a diversidade cultural. O livro pode ser requisitado na Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.

 livraria@paulofreire.org.br
 (11) 3021-1168



Testemunhas do Clima

A WWF-Brasil lançou o documentário *Testemunhas do Clima*, filme que conta a história de Marlene Rego Rocha, moradora do Igarapé do Costa, Pará, comunidade localizada na várzea amazônica que já sente as alterações climáticas causadas pelo aquecimento global. Marlene conta o que tem mudado e como faz para se adaptar às transformações da natureza, e especialistas explicam o porquê das mudanças. A WWF criou o projeto Testemunhas do Clima para registrar como as diferenças climáticas podem modificar a vida de algumas populações ao redor do planeta. O Igarapé do Costa é a primeira comunidade a fazer parte do projeto no Brasil, mas países de todos os continentes já participaram. O documentário pode ser assistido no site da WWF.

 www.wwf.org.br

Nova versão da norma ABNT NBR ISO 9001

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) lançou a nova versão da norma ABNT NBR ISO 9001:2008 – Sistemas de gestão de qualidade – Requisitos. A atualização aconteceu 15 dias depois da publicação da International Organization for Standardization (ISO). Esta é a quarta edição da norma, sendo que a primeira foi lançada em 1987 e se tornou um sucesso global, com aplicação em 175 países. A nova versão, comparada com a anterior, de 2000, esclarece melhor os requisitos com base na experiência de oito anos de sua implementação pelo mundo. A norma está disponível em todos os postos da ABNT e custa R\$ 73,50. Os interessados podem fazer a solicitação também por e-mail ou telefone.

 atendimento.sp@abnt.org.br
 (11) 3017-3652 / 3017-3610

Portal Busca Jovem

Criado por 11 investidores sociais do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), o Portal Busca Jovem tem como proposta aproximar as organizações sociais que formam jovens para o mercado de trabalho e as empresas que querem contratá-los. No espaço, as instituições podem anunciar sobre a disponibilidade de turmas de jovens capacitados, informando aos potenciais empregadores sobre o currículo do curso e o tipo de qualificação oferecida. As empresas também podem publicar anúncios de vagas gratuitamente. O projeto tem parceria com o Projeto Conexão – Rede Cidadão, que oferece apoio às organizações participantes por meio de palestras de orientação profissional.

 www.buscajovem.org.br

Viva o Trânsito

Resultado da parceria entre a NovaDutra e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), o site Viva o Trânsito tem como objetivo atrair a atenção do público infanto-juvenil para questões relacionadas à educação no trânsito e cidadania. Além de ser um canal de comunicação com alunos e professores das redes de ensino municipais e estaduais do país, a proposta é estimular a responsabilidade social nas ruas e discutir a violência na vida cotidiana. O site é também um complemento do Programa Estrada para a Cidadania, que já trabalha a questão nas escolas.

 www.vivaotransito.com.br

Vagas em cursos profissionalizantes

A Associação George Mark Klabin (GMK) e a União Brasileira-Israelita do Bem-Estar Social de São Paulo (Unibes) estão com as inscrições abertas para os cursos profissionalizantes de 2009. São 660 vagas para as áreas de gastronomia, hotelaria, web design, confecção, manutenção de máquinas, telemarketing, atendimento em restaurantes, rotinas de escritório e atendimento ao cliente de cinema. A carga horária é de, em média, 400 horas, e as exigências para a inscrição é ter entre 15 e 18 anos e estar matriculado no ensino médio, no período noturno. O processo inclui prova de conhecimentos gerais e entrevista com os alunos e seus pais. Os interessados podem entrar em contato por telefone ou e-mail.

 www.gmkassoc.org.br
 carlamoraes@gmkassoc.org.br
 (11) 3168-8922



Unicef Kids

O Fundo das Nações Unidas para a Infância lançou seu primeiro site infantil em língua portuguesa. A página foi criada pelo escritório da organização no Brasil e traz, de forma lúdica, informações sobre os direitos da criança e do adolescente à sobrevivência e ao desenvolvimento, ao aprendizado, à proteção do HIV/Aids, ao crescimento sem violência e sobre como ser prioridade nas políticas públicas. O site mostra também o trabalho do Unicef no Brasil e no mundo, oferece jogos, desenhos para colorir, testes, vídeos, curiosidades, enquetes e fóruns. A parte gráfica traz fotos de crianças e adolescentes que participam de projetos patrocinados pelo Unicef no país.

 www.unicefkids.org.br

Faces do Brasil

Em parceria com a agência de cooperação Oxfam Novib, a entidade sem fins econômicos Faces do Brasil lançou o primeiro portal brasileiro de comércio justo e solidário. O site pretende difundir os princípios e critérios desta prática de comércio no Brasil e no mundo, visando promover e divulgar práticas mais justas, inclusão social e desenvolvimento regional. O objetivo é ampliar o intercâmbio de conhecimentos e experiências, estimular o diálogo e aproximar produtores, comerciantes, consumidores, entidades sindicais, assessorias e órgãos governamentais.

 www.facesdobrasil.org.br

Janeiro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
21 e 22/1	Treinamento: Inteligência Competitiva	São Paulo/SP	Canal Executivo	www.canalexecutivo.com (11) 3079-9891
23/1	Recursos Financeiros Internacionais e Captação por Indivíduos	São Paulo/SP	Diálogo Social Eventos	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643 / 7864-1745
27/1 a 1º de fevereiro	Fórum Social Mundial	Belém, Pará	Fórum Social Mundial	www.fsm2009amazonia.org.br (91) 3230-2326
29/1	Programa Jovem Aprendiz: Leis, concepção e ação	São Paulo/SP	Instituto Paramitas	www.institutoparamitas.org.br
30/1	Monitoramento de Indicadores e Avaliação de Impacto de Projetos Sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social Eventos	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643 / 7864-1745

Dia	Evento	Local	Realização	Info
2 a 19/2	Finanças e Contabilidade para executivos e não-financeiros	São Paulo/SP	Business School São Paulo (BSP)	www.bsp.edu.br (11) 5095-5650
6/2	Caminhos para uma nova comunicação interna	São Paulo/SP	Aberje	www.aberje.com.br (11) 3662-3990
9 a 12/2	Introdução ao Planejamento Estratégico	Rio de Janeiro/RJ	FGV Management Rio	www.fgv.br/mba-rio (21) 2559-5800
12 a 13/2	Análise do retorno dos investimentos em comunicação	São Paulo/SP	Aberje	www.aberje.com.br (11) 3662-3990



10 anos
capacitando pessoas...
mais de 3 mil clientes

- ✓ Congressos
- ✓ Seminários
- ✓ Cursos, inclusive *In Company*
- ✓ Consultoria em responsabilidade social

ENQUETE

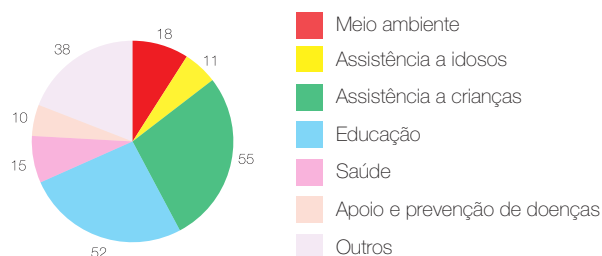
Em qual tipo de projeto sua entidade atua?

Resposta	Número de votos
Meio ambiente	18
Assistência a idosos	11
Assistência a crianças	55
Educação	52
Saúde	15
Apoio e prevenção de doenças	10
Outros	38

TOTAL: 199 respostas

*O resultado desta enquete é baseado na frequência ao site e não possui valor científico.

Número de votos



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

40 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

São Paulo

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes
São Paulo/SP - CEP 01150-001

Filial Brasília - Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611
Brasília/DF - CEP 70340-000



Sabonete Babaçu
Livre, feito de
coco babaçu

Sabonete babaçu livre

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) e seus associados criaram produtos provenientes do agroextrativismo com o objetivo de dar oportunidades de trabalho para as famílias da região. Assim, são produzidos itens como óleo vegetal, sabonete, carvão, farinha, frutas desidratadas, entre outros. Um dos produtos fabricados artesanalmente é o sabonete, feito com óleo natural extraído do coco babaçu pela Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR). O sabonete é comercializado pelas associações locais que apoiam a luta das quebradeiras de coco, que caminham quilômetros todos os dias em busca do fruto para obter o óleo da castanha e fabricar o sabonete. As mulheres, além de incentivarem o comércio, que promove melhor qualidade de vida para a comunidade, também lutam pela preservação das palmeiras. Os produtos podem ser adquiridos pelos sites de algumas associações.

 **Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**
www.assema.org.br

 **Central do Cerrado**
www.centraldocerrado.org.br



Acima, produção da massa; ao lado, massa pronta para a venda

Fabricação de massas

Com a missão de gerar renda e, ao mesmo tempo, beneficiar comunidades da zona rural e periferia de Betim, em Minas Gerais, a Missão Ramacrisna fundou, em 1976, a Fábrica de Massas Caseiras Ramacrisna. A fábrica emprega atualmente 24 pessoas, e os produtos são comercializados em supermercados da região em prol da sustentabilidade da organização. As Massas Ramacrisna são, hoje, o negócio responsável pela autossustentação de 25% de um dos projetos da ONG que atende aproximadamente 485 crianças e adolescentes diariamente. O produto é feito de forma artesanal, e a qualidade é atestada e aprovada pela Associação Brasileira das Indústrias de Macarrão (Abima). A Ramacrisna atende pessoas a partir de seis anos de idade e oferece ação complementar à escola, aulas de inglês, canto, artesanato, música, artes, esportes e informática. Também realiza cursos profissionalizantes para jovens em situação de risco social e pessoas acima de 16 anos, além de desenvolver um trabalho de apoio à família.

**Fábrica de Massas
Caseiras Ramacrisna**
www.ramacrisna.org.br
 (31) 3596-2828

Mosaico ecológico

A ONG Guardiões do Mar, localizada em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, alia a preservação ambiental à geração de renda. Por meio do uso de material reciclável pós-consumo, na área de artesanato, promove a comercialização no varejo e no atacado. Todos os produtos são resultantes de matéria prima de baixo valor e, além disso, dão oportunidade de trabalho a comunidades costeiras com sustentabilidade. Um de seus projetos é uma parceria com a Cooperativa Manguezarte, situada na Praia da Luz, na Ilha de Itaoca. Com patrocínio da Petrobras, o objetivo é produzir peças artesanais para decoração de ambientes com o reaproveitamento de embalagens plásticas de limpeza, cosméticos, bebidas etc. Atualmente, a técnica de reciclagem utilizada por eles é o mosaico ecológico, que está disponível para outras comunidades.

A Guardiões do Mar foi fundada em 1998 e tem como missão preservar e proteger ecossistemas naturais com estratégias que levem ao desenvolvimento autossustentável, tratando o homem como principal componente do meio. Seus produtos podem ser adquiridos pelo site.

 **Guardiões do Mar**
www.guardioesdomar.org.br/virtuastore



Ao lado, técnica do mosaico ecológico; acima, produtos artesanais prontos para a comercialização

Cristine Rochol/PMPA



Mulheres da comunidade do Morro Santana fazem a fabricação de edredons utilizando fios de lã 100% de polietileno tereftalato reciclado

Produção de edredons

A comunidade do Morro Santana, região leste de Porto Alegre, é beneficiada pela reciclagem, que gera trabalho e renda. Por meio do uso de fios de polietileno tereftalato (material das garrafas PET), pessoas da região fabricam edredons com poder de aquecimento tão grande quanto o da lã natural. O projeto é resultado de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMGL), o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep/RS), o Banco Regional do Extremo Sul (BRDE), o Banco do Vestuário da Fiergs, a Transportadora Giulian e a Maritex Indústria Têxtil Ltda. Os trabalhos são executados pelas mães do Morro Santana e o resultado final anima as pessoas a fazerem outros materiais. Mais informações no site da prefeitura e no blog da Governança Solidária Local

 **Prefeitura de Porto Alegre**
www2.portoalegre.rs.gov.br
<http://blog-governanca.portoalegre.rs.gov.br>

O afeto nosso de todos os dias



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Como pode ser interessante conhecer o sentido original das palavras, sua ascendência e berço, relacionando-os com o nosso cotidiano! É uma experiência que me fascina muito, pela oportunidade de beber goles da fonte que transformou em código um sentimento, comportamento ou fato.

A língua portuguesa tem em sua árvore genealógica o latim, predominantemente, idioma cada dia mais condenado ao ostracismo. Mesmo assim, sempre que consigo, descubro as palavras latinas que deram origem àquelas que ainda utilizamos em nosso dia-a-dia. Tenho especial predileção pelas palavras que apontam sentimentos, sensações ou comportamentos, pois essas expressões humanas me espantam e excitam cada vez mais. Quando descubro a origem de uma palavra que respeito e pratico, busco logo reter em mim a informação.

Assim foi com a palavra “afeto”, derivada do latim *afettare*. O que significa esta última? “Ir atrás”. Meus olhos brilham ao descobrir tais diamantes linguísticos. Pode ser um exagero, mas mesmo assim fico emocionado. Afinal, em algum momento a decisão de “ir atrás”, “colocar-se em movimento”, “buscar o que se deseja”, teve o seu caminho cruzado com os nobres sentimentos de “carinho”, “gentileza” e “elevação de alma”.

De acordo com a origem da palavra, ter afeto é ir atrás de algo. Sonhos, pessoas amadas. Fatos, ideias. Prazeres e sentimentos. Afeto não é passivo, reativo. Afeto é ativo. Podemos até brincar de inventar novas origens das palavras, como a somatória de “afeto” e “ativo” gerando “afetivo”. Obviamente uma fraca concorrência à original fonte criadora.

Você está afetado? Estou eu afetado? As pessoas estão afetadas? O que nos afeta tem caráter afetivo? Ou estamos nos deixando afetar apenas de forma reativa e burocrática? Se vale esta última forma, estamos na contramão da alma da palavra, possivelmente na con-

tramão daquilo que afetiva e efetivamente queremos e precisamos.

Estou afetado pela janela que o *afettare* colocou em minha casa. Plantar e colher afeto nos coloca em movimento. Viva o movimento! Estou um tanto incomodado pela altíssima velocidade paquidêmica que nos cerca. Por vezes sinto-me uma lebre em uma corrida de tartarugas. Como em um sonho irritante, tento correr, mas as pernas não respondem prontamente. Tudo se embarralha, transformando um simples movimento em uma odisséia homérica. Lebres correndo uma corrida de tartarugas. Muito esforço para pouco resultado.

Talvez o combustível esteja errado, o que nos custa muito caro. O desperdício de potencial dá força à sensação de incompletude que paira no ar poluído dos tempos modernos, alimentando a ansiedade do “não foi isso que sonhei para a minha vida”. Talvez o segredo seja o estímulo, a meta, a cenoura que põe a lebre em movimento.

A janela do afeto volta à minha casa. Abro-a. Encho o meu olhar com o cenário possível. Já sei o que quero. Quero afetar e ser afetado. Quero respostas do mundo (interno e externo) às minhas inquietações, sorrisos sinceros às minhas emoções, ouvidos atentos às minhas ideias.

Não creio que seja diferente com os outros. Todos querem afeto. Todos querem encontrar a direção daquilo que lhes é caro. Todos. Quantos efetivamente empreendem tal jornada na vida pessoal, profissional ou social?

Faço votos sinceros que neste novo ano o afeto seja o combustível e a bússola de nossa caminhada. 



diálogo social

cursos e treinamentos

Terceiro Setor

Recursos Financeiros Internacionais e Captação por Indivíduos

com Marcelo Estraviz

São Paulo, 23 de Janeiro

Monitoramento de Indicadores e Avaliação de Impacto de Projetos Sociais

com Carol Zanoti

São Paulo, 30 de Janeiro

Fechamento das demonstrações contábeis para as organizações do Terceiro Setor

com Ivan Dos Santos Pinto Jr e Alexandre Chiaratti do Nascimento

São Paulo, 06 de Fevereiro

Certificado de Entidade Beneficente: benefícios fiscais e sustentabilidade

com Dr. Marcos Biasioli

São Paulo, 12 de Fevereiro

Leis Trabalhistas - Suas Armadilhas e Aplicação Prática no dia-a-dia

com Dr. Rogério Martir

São Paulo, 17 de Fevereiro

Geração de Renda e Sustentabilidade Institucional

com Danilo Brandani Tiisel e Michel Freller

Belo Horizonte, 18 de Fevereiro

Outros temas abordados

- ✓ Elaboração de projetos sociais
- ✓ Marketing para organizações sociais
- ✓ Certificado de Filantropia
- ✓ Incentivos Fiscais
- ✓ Geração de renda e sustentabilidade
- ✓ Vínculo Empregatício no Terceiro Setor
- ✓ Responsabilidade Socioambiental
- ✓ Gestão de Institutos e Fundações
- ✓ Controle e Fiscalização de ONGs
- ✓ Imunidade e Isenções no Terceiro Setor
- ✓ Tecnologia da Informação no 3º Setor
- ✓ Departamento de Captação de Recursos
- ✓ Recursos para Projetos Ambientais
- ✓ Gestão de Recursos Humanos

Inscrições e informações

✉ www.dialogosocial.com.br

☎ (11) 2281-9643

✉ dialogo@dialogosocial.com.br

Parceira oficial

REVISTA
filantropia
& gestão social

Consulte-nos sobre
cursos *In Company*



Audisa. Compromisso com você e com o Terceiro Setor.

Formada por uma equipe de profissionais renomados, a Audisa é uma empresa de auditoria que está sempre ao lado de seus clientes, comprometendo-se diariamente com o desenvolvimento do Terceiro Setor. Além disso, a Audisa se preocupa com o futuro e procura promover ações e campanhas de conscientização ambiental para que possamos viver em um mundo melhor. Aqui o Terceiro Setor vem em primeiro lugar.

Serviços:

Consultoria em Gestão de Pessoas
Auditoria Externa do Terceiro Setor

Novos serviços:

Auditoria de Gratuidade
Auditoria de Condomínios

Nova Filial - Porto Alegre-RS
Rua Visconde do Herval, 1309 - Sala 204
Menino Deus - 90130-151
Fone/Fax: 51 3062.8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Matriz - São Paulo-SP
Alameda Olga, 422 - 2º andar - Bloco B
Perdizes - 01155-040
Fone: 11 3825.9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Filial - Recife-PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333 - Sala 104
Boa Viagem - 51020-020
Fone/Fax: 81 3463.1862
recife@audisaauditores.com.br

